

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tulio Magalhães Rodrigues

Do Alento à Perdição:

João Goulart entre o triunfo do presidencialismo e o drama da deposição

Juiz de Fora
2021

Tulio Magalhães Rodrigues

Do Alento à Perdição:

João Goulart entre o triunfo do presidencialismo e o drama da deposição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Magalhães Rodrigues, Tulio .

Do Alento à Perdição : João Goulart entre o triunfo do presidencialismo e o drama da deposição / Tulio Magalhães Rodrigues. -- 2021.

87 f.

Orientador: Jorge Gomes de Souza Chaloub

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Crise política. 2. João Goulart. 3. Golpe de 1964. I. Gomes de Souza Chaloub, Jorge , orient. II. Título.

TULIO MAGALHÃES RODRIGUES

Do Alento à Perdição:

João Goulart entre o triunfo do presidencialismo e o drama da deposição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Pedro Luiz da Silva do Rego Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

A vitória do PTB e de João Goulart no plebiscito presidencialista de 1963 criou expectativas favoráveis ao fim da crise socioeconômica pela qual o país estava passando. A possibilidade de melhoria da economia com a troca de regime foi a esperança projetada por populares e parlamentares para tempos melhores. Contudo, o cenário que parecia favorável ao governo não correspondeu às demandas vindas das ruas e do Congresso. Com isso, as expectativas se transformaram em frustrações, que foram amplificadas pelo aumento da crise política contrária ao presidente e sua composição partidária. A falta de entendimento entre João Goulart e seus antigos aliados do PSD, as disputas internas das lideranças do PTB, especialmente entre Leonel Brizola e João Goulart, além da atuação da oposição contra a pauta política do governo, principalmente nas propostas em torno da Reforma Agrária, criaram um estado de rivalidade entre o executivo e o legislativo, que teve como desfecho a deposição do presidente em um golpe militar, em abril de 1964.

Palavras-chave: Crise política. João Goulart. Golpe de 1964.

ABSTRACT

The victory of PTB and João Goulart in the presidential plebiscite of 1963 created favorable expectations for the end of the socioeconomic crisis that the country was going through. The possibility of improving the economy with the change of regime was the hope projected by the popular and parliamentarians for better times. However, the scenario that seemed favorable to the government did not correspond to the demands coming from the streets and from Congress. As a result, the expectations turned into frustrations, which was amplified by the increase in the political crisis against the president and his party composition. The lack of understanding between João Goulart and his former PSD allies, such as disputes between PTB leaders, especially between Leonel Brizola and João Goulart, in addition to the response action against the government's political agenda, mainly in the proposals around Agrarian Reform, create a state of rivalry between the executive and the legislature that ended with the deposition of the president in a military coup in April 1964.

Keywords: Political crisis. João Goulart. 1964 coup.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMP	Frente de Mobilização Popular
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBM	International Business Machines
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A CRISE POLÍTICA DE 1961-1964	10
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	13
CAP.1. O GOLPE DE 1964 E SUAS LEITURAS	15
1.1. ABORDAGENS TOTALIZANTES SOBRE O GOLPE	15
1.2. LEITURAS SOBRE O GOVERNO JOÃO GOULART	17
1.3. MILITARES E EMPRESÁRIOS NO GOVERNO JOÃO GOULART	19
1.4. O GOVERNO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO	23
1.5. VISÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE 1964	25
1.6. 1964 E O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO	28
CAP. 2. JOÃO GOULART ENTRE APOIO E OPOSIÇÃO	34
2.1. A ESCALADA DA CRISE	36
2.2. DESALINHAMENTO E PRESSÃO EXTERNA	41
2.3. GOULART E A FRONTEIRA DA TENSÃO	46
CAP. 3. POR GOULART, MAS NÃO FOI O GOULART?	59
3.1. O GOVERNO DO GOLPE	61
3.2. INDEPENDÊNCIA OU MORTE	66
3.3. INJUSTIÇA PROGRAMADA	71
3.4. AS CONSEQUÊNCIAS DE 1961	74
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	80
BIBLIOGRAFIA	83

INTRODUÇÃO:

O carrossel de eventos que se deram após 1889 e as constantes transformações políticas que ocorreram no cenário social brasileiro demonstravam que o caminho em direção a uma sociedade soberana estava distante, embora fosse possível. As greves, manifestações e revoltas que ascenderam nos primeiros anos do século XX, no Brasil, indicavam alternativas que valiam a luta.

O movimento que ascendeu pós-1922, como o tenentismo e as manifestações culturais que ocorreram naquele contexto mobilizavam a busca por uma identidade nacional. Identidade essa que já havia sido apontada por Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões* (1902), na qual indicou as contradições encontradas entre um país real e ideal, ou nas aventuras do *Cavaleiro da Esperança* e sua tropa de soldados manifestados na Coluna Prestes, quando atravessaram o país na tentativa de motivar e apresentar ao povo uma possibilidade de um país melhor, menos injusto.

Os desdobramentos nas eleições de 1930 e o desfecho inesperado que alterou os alicerces da República renovaram as expectativas daqueles que buscavam modificar o cenário de incertezas e privilégios exacerbados que acompanham toda a trajetória da República até aquele momento. Entretanto, as demandas daqueles que conheceram o caminho da luta e apoiaram o cenário de possibilidades não foram sanados. O novo presidente, Getúlio Vargas, alterou os rumos do país, mas decidiu seguir por um caminho unilateral materializado no Estado Novo.

Apesar disso, com a saída de Getúlio Vargas do poder e o início de uma nova República, em 1946, iniciou-se uma nova fase na política nacional. O ensaio democrático que ocorreu após 46 demonstrava que o Brasil estava se alinhando a um quadro de estabilidade política e em um regime que buscava maneiras de se comportar democraticamente. Mas os eventos em torno da morte de Vargas e o processo de sua sucessão, além da solução de compromisso que ascendeu o regime parlamentarista no Brasil, mostravam que visualizar o horizonte democrático estava longe do regime político no país. A posse condicionada a um presidente eleito, como foi a de João Goulart, eleito como vice, por uma tutela militar e o apoio de civis a essa inconstitucionalidade provará que o país ainda não havia se alinhado à regularidade constitucional. Além disso, o desfecho que pôs fim ao governo de João Goulart implicaria ainda mais a tese que o Brasil não era um país democrático.

Esse tema acompanhou minhas reflexões, ainda na graduação, sobre quais circunstâncias políticas e sociais poderiam ter levado o Brasil a aceitar a condição imposta pelos militares em 1964. Como foi possível um presidente que compartilhava seus anseios junto dos

trabalhadores e, com isso, tinha sua simpatia, ter perdido seu espaço de direito por meio de um golpe militar? E, ainda mais, como um presidente que detinha os poderes do executivo e uma composição de auxiliares, mesmo com uma composição partidária limitada, mas que ainda detinha os direitos de um cargo que o possibilitava conhecer a conjuntura permitiu a sua saída pelas portas dos fundos?

Essas questões acompanharam minha graduação, especialmente o seu final. Com a chegada do período de apresentação dos trabalhos, a correria para fechar o conteúdo e organizar todo material levantado, aliada a um cenário de crise política (2015), que trazia consigo constantes manifestações que pediam o retorno dos militares, entrevistas que desqualificavam a visão dos fatos pelos historiadores e uma enorme mobilização estudantil, em torno de ideias políticas e econômicas até então pouco veiculadas, principalmente para um leigo como era nessa área, modificaram o meu contexto e geraram questionamentos que me fizeram repensar a ordem das coisas.

Contudo, naquele momento, era tarde para isso. O trabalho estava pronto, em uma temática totalmente avessa a essas questões, fator que me gerou a sensação de frustração, não pelo trabalho que havia apresentado, mas por minha falta de sensibilidade em não ter pensado e me aprofundado em questões relacionadas aos debates políticos que estavam em crescente destaque. Esse sentimento despertou a curiosidade de compreender questões que percebi que a graduação não havia respondido. Com isso, logo após minha formatura, tentei a possibilidade de uma especialização em uma temática que tivesse a política como centro de análise. Após definir o curso e dar sequência aos estudos, levei comigo as indagações que acompanharam o fim de minha graduação. Na monografia de conclusão da especialização, busquei avaliar o panorama da Primeira República e compreender como o sistema político brasileiro funcionava. De uma maneira um pouco mais analítica, não podia seguir direto para os eventos pré-1964, sem ao menos conhecer melhor a conjuntura política que tinha aberto espaço para as transformações políticas que convergiram com a deposição de João Goulart.

Esse cenário fortalecia opiniões sobre contextos de crise na história política brasileira. O período da ditadura militar, espaço onde a presidenta esteve atuante, se tornou temática de discussões que transcendiam a academia e ganhavam os debates nas ruas. O negacionismo sobre esse período, relacionado à tortura e à violência do estado era veiculado e endossado por partidários contrários ao Partido dos Trabalhadores e à presidenta, o que fortalecia um discurso que remontava fatos de maneiras distintas das que ocorreram, somente para corroborar com o discurso de violência necessária para atuação do Estado naquele contexto. O tema do anticomunismo e comunização do governo e do presidente João Goulart, em 1964, ganhava as

conversas de populares na criação de paralelos com o período atual e a necessidade de uma intervenção militar. Esses debates despertaram ainda mais minha curiosidade na compreensão da conjuntura e figura de João Goulart no desfecho dado em 1964. Desta forma, após conhecer um pouco mais sobre o contexto que antecipava a República de 1946, achei que era a hora de conhecer os debates e as narrativas conflituosas sobre esse período. Esse trabalho, com isso, busca materializar alguns questionamentos que, felizmente, foram, em parte, respondidos, mas que geraram muitos outros, que servirão como combustível para a continuidade de minhas reflexões sobre aquele confuso período.

A CRISE POLÍTICA DE 1961-1964

O surgimento das massas no cenário político como potência não fora uma definição aceita por uma elite derivada das oligarquias do passado, que controlaram o poder político brasileiro. A ideia sobre a democracia como regime plural, que criava acesso ao trabalhador e aos pobres no cenário de escolhas políticas e a concepção sobre a equivalência dessas escolhas no espaço de disputa foram concepção criadas pelas massas, orientada por políticos, que reforçavam esse conceito para a manutenção de votos, mas não concediam equivalência nas escolhas políticas.

A democracia no centro político de disputa apresentava-se como um instrumento das elites, que toleravam as massas na busca da manutenção da escolha dos governantes pelo voto. Esse cenário foi alterado com a ascensão e criação de grupos que buscavam reivindicar não só o voto, mas suas consequências. A apatia política, como aponta Dahl (2005), de uma massa desinteressada desencadeava o controle político por outros atores, aqueles que promoviam a competição política (políticos e elites), porém, a mudança de apatia para ação provocou tensões entre os representantes e os representados, fator que gerou a conjuntura de crise política compreendida no período de 1961-1964.

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, provocou dúvidas em torno das motivações que levaram o presidente a seguir por esse caminho, em um momento em que a permanência do presidente era necessária. Mas como ele afirma em um diálogo reproduzido pelo seu neto (Jânio Quadros Neto), no livro “Jânio Quadros: Memorial à História do Brasil”, publicado em 1995, a sua saída do governo foi premeditada (NETO, 1997), juntamente com o afastamento do vice-presidente para uma missão distante: “[...] meu ato de 25 de agosto de 1961 foi uma estratégia política que não deu certo, uma tentativa de governabilidade” (NETO, 1997, p. 85). A frustração de Jânio Quadros e de seus apoiadores na condução do executivo e sua fatídica saída do governo

abriram espaço para a chegada de João Goulart no poder e, mais do que isso, um teste para o sistema político e a jovem república.

Todavia, a transição que deveria ter sido feita pacificamente teve percalços, principalmente pela manifestação dos Ministros¹ militares em não conceder os poderes do executivo a Goulart, que eram seus, por direito: “Por dez dias, o país se viu à beira da guerra civil. A solução encontrada pelo Congresso foi adotar um sistema parlamentarista de governo em substituição ao presidencialismo” (CARVALHO, 2014, p. 139). A situação gerada pelas incertezas da posse de Goulart, além do apoio de civis, evidenciava um cenário de ação golpista (CARONE, 1985), que se dividia em dois focos principais: um civil e outro militar. O primeiro em torno de Carlos Lacerda, governador da Guanabara e o outro em apoio aos ministros militares. O governador buscou mobilizar políticos que se alinhassem à alternativa golpista, como o governador da Bahia Juraci Magalhães, mas a mobilização de Lacerda dependia da concessão dos militares: O “manifesto dos militares dizia que o retorno de Goulart seria inconveniente também porque o presidencialismo seria um regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação” (FICO, 2016, p. 43). A instituição estava dividida entre aqueles que não concordavam com a posse de Goulart e aqueles que defendiam a constituição e a legalidade.

A condução dos eventos não obteve êxito imediato pelos militares, devido ao esforço de Leonel Brizola e do general Machado Lopes na resistência promovida pela rede da legalidade. A ação do parlamentar e do militar teve apoio da comunidade regional, que mobilizou forças para garantir a posse do presidente.

A instabilidade nesses eventos teve como resposta do Congresso Nacional a solução parlamentarista, que reduziria os poderes de Goulart e instituiria um governo gerido por um primeiro-ministro. A resolução negativa ao presidente provará que o regime político no país era distorcido e ineficiente. O ideal democrático defendido por parlamentares se apresentava como utopia, em um cenário que o candidato eleito por vias legais e democráticas foi tutelado por forças militares. A arbitrariedade produzida por essas ações marcaria a política nacional.

A posse de Goulart nas condições estabelecidas foi uma derrota para os golpistas, que não aceitavam o novo presidente. Esse cenário apresentava as forças golpistas, civis e militares ao quadro de disputas. O resultado, parcialmente favorável a João Goulart, não implicava em uma perda de forças dos grupos que eram avessos ao presidente, mas em um recuo estratégico, especialmente pela falta de adesão parlamentar naquele momento.

¹ Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, da Marinha, vice-Almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro do ar Gabriel Grum Moss.

A conjuntura política que promoveu o parlamentarismo e a condução nas tratativas para a posse de João Goulart pode ser vista como um ponto chave para entender os desdobramentos que minaram o poder do presidente e contribuíram para o resultado de abril de 1964. A fratura ocorrida no Executivo com o estabelecimento do sistema parlamentarista e o retorno, posteriormente, do presidencialismo provocaram uma inversão na interpretação do papel político de João Goulart como presidente.

O argumento central deste trabalho está inserido exatamente nessa questão, onde um quadro de superdimensionamento de poderes foi dado à retomada do presidencialismo. O peso dado por parlamentares da oposição ao retorno das prerrogativas do executivo demonstrou a subestimação dos direitos políticos de João Goulart. A crise política e econômica que atingia o país e tinha forte ressonância no executivo fortaleceu a tese de que o sistema parlamentarista era culpado pelo cenário e a troca de regime seria uma alternativa ao quadro de desequilíbrio econômico.

A campanha pelo plebiscito e a vitória de João Goulart modificavam o quadro da situação, pois o resultado positivo da votação pelo plebiscito, aliado às vitórias parlamentares do PTB, em 1962, revigoravam o cenário do governo em sua composição parlamentar. O executivo com os poderes restabelecidos poderia enfrentar os problemas no governo com mais autonomia. Porém, o quadro de otimismo durou pouco. O aumento da crise, mesmo após a troca de regime, não atenuou a pressão da oposição e a vigilância de setores militares. O presidente, além disso, não conseguia formalizar coalizões junto ao PSD, como em momentos anteriores, e, pior: a imagem de seu governo estava desmoralizada por denúncias infundadas que agregavam dúvidas em setores políticos e sociais sobre o perfil político do presidente.

O agravamento da crise e das tensões parlamentares contra João Goulart desencadeavam acusações contra o executivo e a vitória ocorrida no plebiscito. O governo era apontado como culpado pelo cenário caótico e o presidente era cada vez mais rechaçado. O entendimento a respeito de que Goulart era incapaz de resolver os problemas econômicos relacionados à inflação e sua tolerância às esquerdas e a seu cunhado, Leonel Brizola, indicavam que o presidente poderia tentar um golpe ou gerar uma revolução socialista no país. Esses pontos que ganhavam voz com a oposição superdimensionavam os poderes do presidente pelo simples fato de o chefe do Executivo ser João Goulart, um potencial comunista na visão de uma parcela de militares e civis. Esse preconceito concebido por parte da oposição interpretava que os direitos políticos de Goulart, como chefe de estado, deveriam ser menores do que os de candidatos que seguiam a cartilha do *status quo*. A democracia não poderia ser tão democrática (BANDEIRA, 2010): isso seria comunismo.

A retomada do presidencialismo criou a falsa impressão de que o regime parlamentarista era o regime regular da República, enquanto o retorno do presidencialismo se apresentava a uma alternativa extraordinária que visava criar possíveis soluções aos problemas que estavam assolando o país. O aumento da oposição e a associação do presidente ao comunismo, após os fracassos do Plano Trienal e aos projetos de reforma agrária justificam esse argumento. Não havia direitos políticos do presidente, mas concessões. A tutela militar, que teve como consequência a solução parlamentarista, condicionou os direitos políticos do presidente a deveres e à manutenção de uma pauta que não representava sua luta política.

A retórica democrática apoiou as iniciativas dos grupos de representação popular, que buscaram exercer sua parcela de poder diante do regime político defendido no país. No entanto, a participação política das massas deveria se limitar a medidas de escolha política, e não de ascensão e protagonismo, um papel premeditadamente definido. Como aponta Pateman (1992) “[...] a participação limitada e a apatia tem uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias dos ajustes e das mudanças” (p. 16). Deste modo, a ampliação da participação política das massas não compunha o enredo criado pelo roteiro político que orbitava o governo de João Goulart.

O regime político tinha papel secundário como modalidade de manutenção do poder. O povo, composto por trabalhadores e as massas que apoiavam o PTB e João Goulart, na esperança de concessões que alterassem sua realidade social, sofreram uma dura derrota quando o cabo de força rivalizado entre os anseios populares e de setores conservadores foi rompido. A imposição de medidas radicais para a resolução das disputas privilegiava aqueles que conspiravam contra o governo e, no meio deste cenário, João Goulart ficou sem saída.

A crise da democracia na república de 1946 chegou ao auge na deposição de João Goulart e o golpe militar no estado brasileiro, em 1964. A experiência democrática falhou em tentar apresentar uma adaptação ao *status quo*, pois, nas oportunidades de contestação a sua legitimidade “democrática”, assumia o seu verdadeiro papel autoritário, representado e maquiado por um verniz democrático.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo da pesquisa, “O GOLPE DE 1964 E SUAS LEITURAS”, apresenta uma revisão bibliográfica das interpretações que buscaram explicar os eventos que ocorreram no governo de João Goulart. O capítulo inicia-se com os primeiros trabalhos sobre o desfecho de 1964, mobilizando autores como Octavio Ianni e Francisco Weffort. Nesse primeiro momento, as leituras contemplam análises em torno das teorias de modernização e do

desenvolvimentismo brasileiro. Na sequência, as avaliações apresentam narrativas sobre o processo histórico que corroborou para a deposição de Goulart, como vistos nos trabalhos de Thomas Skidmore e Moniz Bandeira.

As leituras sobre a participação dos militares e civis na organização do golpe são apresentadas nas obras dos Cientistas políticos Alfred Stepan, no livro *Os militares na política*, e René Dreifuss em *1964: A conquista do Estado*. Os papéis do legislativo e executivo na explicação da crise política do governo de Goulart são encontrados nos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos em *O Cálculo do Conflito*, onde compreende as dimensões da atividade parlamentar e os desdobramentos que viabilizaram a paralisia no sistema político, e o trabalho de Argelina Figueiredo no livro *Democracia e Reformas*, no qual o executivo é centralizado como protagonista no enredo político entre 1961 e 1964.

O tema do anticomunismo é tratado através das pesquisas de Rodrigo Patto Sá Motta, em *Em Guarda contra o Perigo Vermelho*, sobre o movimento anticomunista no Brasil. A figura de João Goulart como protagonista de sua própria história é retratada pela pesquisa de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes: *1964: O golpe que derrubou um presidente*. E, por fim, o trabalho organizado por Demian Bezerra de Melo, *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, que trata dos revisionismos identificados pelo autor na historiografia sobre o golpe militar de 1964.

No segundo capítulo, “JOÃO GOULART, ENTRE APOIO E OPOSIÇÃO”, é retratada a retomada do presidencialismo segundo as perspectivas da oposição e da situação. As fontes são os discursos parlamentares dispostos nos diários do Congresso. A vitória no plebiscito e as reações entre apoio e oposição, especialmente no ano de 1963, agregam à narrativa as expectativas em torno do que foi esperado após o fim do parlamentarismo, na visão dos parlamentares.

Esse cenário busca demonstrar a desmoralização e perda de apoio do governo com a revolta dos Sargentos e o pedido realizado pelo executivo para um Estado de Sítio, que são apontados como fatores que fortaleceram o quadro de tensão vivido pelo Executivo e o presidente, no ano de 1963. Além disso, a conjuntura de crise, as tensões entre o executivo e o legislativo e as associações feitas entre o governo e o comunismo contribuem para entender o isolamento do presidente e sua aproximação das esquerdas. O terceiro capítulo, “POR GOULART, MAS NÃO FOI O GOULART?”, expõe essa aproximação e a importância das bases sociais como nova estratégia usada pelo Executivo para a governabilidade, que marca a última tentativa de Goulart no restabelecimento da ordem política, antes de sofrer o golpe militar em abril de 1964.

CAP. 1. O GOLPE DE 1964 E SUAS LEITURAS:

As correntes de interpretação sobre o Golpe de 1964 seguem caminhos distintos, que alteram a compreensão da deposição do presidente João Goulart. A interpretação dos fatos pelos autores é, obviamente, influenciada pelo contexto temporal no qual foram construídas. Assim, para uma melhor análise, a apresentação dos intérpretes dos eventos buscará agrupá-los em torno de ideias e contextos.

A temática que envolve a crise política de 1964 é um tema recorrente na academia, principalmente entre historiadores e cientistas políticos. Um objeto composto por versões e controvérsias, que geram debates entre aqueles que a tem como matéria de interesse e estudo.

1.1. ABORDAGENS TOTALIZANTES SOBRE O GOLPE

Para este padrão de análise, o conjunto de ações que provocaram a deposição de João Goulart tiveram como eixo explicativo a incorporação da classe trabalhadora e de populares ao sistema político, além da formação de um pacto social, que, rompido, desencadeou uma crise no sistema político após a entrada dos trabalhadores nas disputas de poder. Esses fatores apresentariam um colapso no sistema político brasileiro, e foram os argumentos defendidos por Octavio Ianni, em sua obra *O Colapso do Populismo no Brasil*.

Em nome dos princípios da interdependência, o que ocorreu, desde 1964, foi uma reformulação total da dependência externa do Brasil. Tanto as relações políticas como as econômicas, tanto as relações militares como as culturais passaram a aprofundar-se ainda mais a dependência estrutural, que tem caracterizado a história da sociedade brasileira. Conforme sugere Hélio Jaguaribe, em 1964 inaugurou-se um regime colonial-fascista no Brasil, regime esse definido pela submissão aos princípios político-militares de uma geopolítica elaborada segundo a perspectiva de Washington, na primeira fase da guerra Fria, dizemos nós. (IANNI, 1975, p. 212)

O autor abordou a relação dos conflitos através de uma ótica Marxista², na qual a crise tem como centro a luta de classes. As contradições em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro e a ascensão dos trabalhadores ao cenário político provocaram a radicalização de uma direita reacionária, que buscava a manutenção do *status quo* e negava iniciativas de uma nova política econômica menos dependente. O processo populista que remete aos governos de Getúlio Vargas e que tem João Goulart como um dos pilares para mudanças no cenário político havia colapsado: “[...] tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões” (BADARÓ, 2008, p. 2). No conflito entre

² Ver. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 1998.

as massas e as classes dominantes, detentoras do capital, representantes do capital internacional moveu-se quando as ações dos populares ameaçaram seus interesses econômicos.

A tese apresentada por Octavio Ianni teve como fundo os debates sobre o capitalismo no Brasil, que expressavam reflexões sobre as teorias relacionadas à modernização brasileira e buscavam pensar modelos de superação ao sistema agroexportador. Nesse cenário, o populismo teria surgido em meio às crises internas e externas, que desencadearam uma manifestação política a transição social de uma sociedade agroexportadora para uma sociedade industrial.

Nessa linha, também, é possível alinhar o trabalho de Francisco Weffort³, que, assim como Octavio Ianni, usou o populismo como categoria explicativa para compreender as transformações sociais que afetavam o Brasil. Weffort tratava populismo como uma lógica política, marcada por concessões feitas de cima para baixo, que construíam uma relação na qual as massas viam no líder a manifestação direta do estado, que estabeleceria uma dinâmica de concessões mútuas através de um clima de conciliação social, que ignoraria os conflitos de classe. Surgida na Revolução de 30, a lógica teve como ápice e desfecho a crise política de 1964:

A elite política esperava, talvez, uma solução providencial que a liberasse do pesado encargo de resolver qual o caminho a tomar. A solução veio em 1964 sob a forma de um golpe militar que rapidamente excluiu do processo político os setores reformistas. Excluiu depois, setor por setor, praticamente tudo o que restava da elite política formada nas condições criadas pela revolução de 1930. Excluiu, inclusive, os setores políticos mais conservadores, alguns dos quais haviam apoiado o golpe (desde Juscelino Kubitschek até Carlos Lacerda). (WEFFORT, 1980, p. 16)

O autor aponta que o movimento que gerou o golpe militar em 1964 tem como gatilho o processo desencadeado pela Revolução de 30, que, segundo entende, foi um movimento reformista que propôs reformar o Estado de cima para baixo. O modo de ação dessas reformas trouxera como novidade os populares e a classe trabalhadora para as disputas políticas, intermediadas por um líder político representante do povo. As massas eram reconhecidas por intermédio de políticas públicas ou ações do governo que as contemplavam. Esse movimento ascendeu através da formação do acesso ao trabalho, por meio dos sindicatos, além de uma reforma constitucional que aumentou, pontualmente, os direitos civis.

Os grupos políticos lutavam por uma parcela de poder no cenário nacional. As classes populares buscavam ascender politicamente buscando o aumento da concessão de direitos. Os políticos populistas buscavam a manutenção do apoio das massas, por meio das concessões realizadas aos trabalhadores, que intermediavam a relação entre os dois grupos.

³ Ver. WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

As classes populares em ascensão servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação ela[s] trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do statu[s] quo. (WEFFORT, 1978, p. 163).

O autor retomou as discussões sobre os processos de modernização⁴ no país. A relação apresentada entre as classes sociais e o líder é apresentada em elos de dependência, pois, enquanto a hegemonia encontrava-se com as classes dominantes, as aspirações das classes populares, mesmo que mínimas, eram importantes para a manutenção da política de massas.

As abordagens de Ianni (1968) e Weffort (1978) tiveram como caráter de análise os processos de modernização do Brasil, que haviam se iniciado na Revolução de 30. O processo ganhou força após o governo ditatorial de Getúlio e se intensificou após a sua morte. A ascensão de Jango como líder populista promoveu um novo fôlego ao movimento das classes populares, que o apoiavam como representante de suas reivindicações. O confronto desencadeado por Goulart e as classes políticas intensificaram a crise e provocaram a queda do seu governo.

Em resumo, as análises sobre o golpe de 1964, em um primeiro momento, foram elaboradas em torno de uma imaginação sociológica⁵ sobre o modo de desenvolvimento capitalista. A tentativa de compreender o processo de modernização do estado brasileiro, que vinha sofrendo mudanças desde a Revolução de 30 e teve o golpe de 1964 como um desfecho para os conflitos de classe foi o motor que exemplifica as obras.

1.2. LEITURAS SOBRE O GOVERNO JOÃO GOULART

Um dos primeiros estudos sobre o governo João Goulart foi publicado em 1967. O livro *Brasil: De Getúlio a Castelo* é um dos estudos pioneiros sobre a crise política que se instalou no Brasil, na década de 60. O autor, Thomas Skidmore, foi um brasilianista e doutor de Harvard, que veio ao Brasil com uma bolsa de pós-doutorado, com intuito de estudar a política nacional. Chegou ao país logo após a renúncia de Jânio Quadros e permaneceu até 1964. O autor presenciou parte dos eventos que compuseram o golpe de 1964.

O livro de Skidmore tornou-se um manual de referência sobre o governo de João Goulart. A obra construiu uma narrativa que remonta à Revolução de 30, à ascensão de Getúlio Vargas ao poder e à deposição de João Goulart. A tese do autor se concentra na ineficiência

⁴ Ver. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.; FURTADO, Celso. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1964.

⁵ Ver. MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

política do governo de João Goulart na condução de políticas que pudessem modificar o quadro de crise instalado em seu governo. Jango é apresentado como um personagem receoso em conseguir sucesso na manutenção do legado de Getúlio Vargas.

Apesar de todas as suas indecisões, João Goulart era dominado por um desejo de entrar na história do Brasil como um líder – um presidente cuja atuação pudesse ser comparada com a de seu mentor, Getúlio Vargas. Mas parecia angustiado pela dúvida de como exercer aquele papel. (SKIDMORE, 1996, p. 324)

A tolerância de Goulart nas tratativas com a oposição e a situação refletia numa tentativa de replicar o perfil conciliador que era adotado por Getúlio Vargas, mas a reprodução deste modo de ação no meio de uma crise política, que exigia posicionamento objetivo do presidente, aliado às más escolhas na manutenção do poder, facilitaram a ação daqueles que conspiravam contra o seu governo: “[...] o comício de 13 de março convencera muitos legalistas de que Jango deixara de acreditar no processo democrático” (SKIDMORE, 1996, p. 360). A escolha de seguir junto das esquerdas na condução política, a proximidade com a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), os discursos realizados na Central do Brasil⁶ (13 de março) e na Associação dos Sargentos (30 de março) teriam sido determinantes para a ação dos opositores de seu governo, como aponta o autor:

Como para dar a seus inimigos uma justificativa final, o presidente concordou em comparecer a uma reunião de sargentos no Automóvel Clube, domingo à noite, dia 30 de março. Foi uma decisão que correspondeu praticamente a um suicídio político. Deixando de lado o texto preparado de seu discurso, recusou-se a fugir à responsabilidade dos ataques à disciplina militar. O tom com que discursou foi o de uma beligerante oração de despedida. Mesmo o General Assis Brasil, até então uma voz a incentivar a permanência de Jango, compreendeu que este fora longe demais. (SKIDMORE, 1996, p. 362).

A obra de Skidmore nos direciona a um olhar externo sobre a nossa política, uma análise estrangeira daqueles eventos. O livro sofreu críticas de políticos e acadêmicos que apontavam que o autor sabia que o golpe estava em curso, porém, sempre negou essas acusações. Contudo, em 2012⁷ afirmou que sabia do golpe e que a visão dos eventos de suas obras não era dele, mas sim dos seus amigos brasileiros.

⁶ Ver. MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009.

⁷ **AOS 80 ANOS, THOMAS SKIDMORE DIZ QUE SOUBE DO GOLPE MILITAR UM DIA ANTES**. Folha de São Paulo. São Paulo, 05/11/2012. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/11/1180266-aos-80-anos-thomas-skidmore-diz-que-soube-do-golpe-militar-um-dia-antes.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

As leituras sobre o golpe de 1964, além das propostas sobre as causas apontadas por Weffort (1978) e Ianni (1967) sobre uma crise do populismo no Brasil, ou mesmo, análises sobre o panorama político nacional e as possíveis incertezas e passividades de Goulart em tomar decisões, como apontado na obra de Skidmore (1967), não foram as únicas obras que gravitaram próximas dos eventos que desencadearam o regime militar no Brasil. Em 1977, o professor de Ciência Política Moniz Bandeira publicou um livro que se tornou referência sobre a política no Brasil no governo João Goulart. A obra *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* inaugurou outra abordagem para a compreensão da deposição do presidente.

A obra de Moniz Bandeira operou com referências teóricas semelhantes às obras de Ianni e Weffort, por apresentar o eixo explicativo em torno dos conflitos de classes, mas a crise do populismo não foi o motor central para a compreensão dos eventos; pelo contrário, a leitura de Bandeira avançou por dois caminhos que se complementavam, que eram as questões em torno da estrutura e das intencionalidades. O caminho da estrutura avaliava a economia e as disputas pelo poder, enquanto as intencionalidades analisavam o processo conspiratório no governo e qualificava o papel político de Goulart durante a crise:

Com efeito, ao contrário do que muitos imaginam, o proletariado brasileiro lutou por essa legislação, até consolidá-la, sob o impulso da revolução de 1930, durante a vigência das liberdades democráticas. O governo de Getúlio Vargas não a outorgou por generosidade, inaugurando o que alguns sociólogos insistem em chamar de período populista, teoria esta que, tal como formulam, menospreza o papel do proletariado com as suas reivindicações, e obscurece o sentido da luta de classes na sociedade brasileira. Essa teoria do populismo converte-se, destarte, no populismo da teoria, pois falar de Estado populista ou democracia populista é mistificar e obscurecer o caráter de classe do estado e da democracia. (BANDEIRA, 2010, p. 98).

O trabalho de Moniz Bandeira retratou uma abordagem diferente para avaliar os eventos que desencadearam a queda de João Goulart. O uso de fontes orais, documentais e da própria vivência do autor diferenciava sua obra das anteriores. A relação do autor com atores que tiveram participação direta nos eventos de 1964, e os depoimentos que contribuíram para sua pesquisa fortaleceu a importância de sua obra.

1.3. MILITARES E EMPRESÁRIOS NO GOVERNO JOÃO GOULART

Outra linha de pesquisa sobre os eventos de 1964 pode ser vista na obra *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, do cientista político Alfred Stepan. O trabalho foi uma tese de doutoramento, que foi apresentado à Universidade de Columbia, em 1969 e publicada como livro, em 1971. A corrente trouxe uma análise dentro de um modelo teórico funcionalista que tem os atores institucionais como foco de pesquisa. A tese sobre conspiração

e projeto ideológico ganharam menos ênfase e a instituição militar ganhou importância como chave explicativa para os eventos de 1964.

O argumento central de Stepan tem a instituição militar como entidade fundamental para a compreensão dos eventos que depuseram o presidente. A instituição militar não era um fator autônomo, mas que deve ser pensada como um “[...] subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político. Segundo ele, as razões imediatas do que (descuidadamente) chama de ‘revolução’ derivavam da inabilidade de Goulart em “reequilibrar” o sistema político”. (FICO, 2004, p. 47). A relação entre os militares e os civis tinha como finalidade o comprometimento com a manutenção dos poderes políticos aos civis. Os militares conduziam o poder na transição de um grupo político a outro, mas não havia projeto de poder pelos militares. Porém, a reação da instituição ao governo de Goulart rompeu o padrão de ação, quando promoveram a investida contra o governo e tomaram o poder.

Em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhe é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. Longe de se constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores”, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares tem uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos. A aceitação deste papel pelos militares está condicionada à sua aceitação da legitimidade e da praticabilidade das formas políticas parlamentares, bem como à constatação, por parte destes militares, de que possuem, em comparação com os civis, uma capacidade relativamente reduzida de governar. (STEPAN, 1975, p. 50).

Para a ilustração deste cenário, no qual os militares exerciam a função de interventores, o autor inicia sua análise em 1945 e segue até 1964. O recorte apresentado retoma a saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, 1954 e a saída de Goulart em 1964. A diferença do último movimento para os demais foi o rompimento com o padrão de ação dos militares, pois deixaram de cumprir o papel de mediadores para se tornarem detentores do controle político. Essa mudança na ação dos militares foi desencadeada, segundo Stepan, por quatro causas da conjuntura política, sendo elas:

- 1) um crescente índice de reivindicações políticas e econômicas ao governo;
- 2) um decréscimo da capacidade extrativa decorrente do declínio do crescimento econômico;
- 3) um decréscimo da capacidade política de converter as reivindicações em política concreta, devido à fragmentação do apoio; e
- 4) a crescente retração do apoio ao próprio regime político. (STEPAN, 1975, p. 101)

A leitura de Stepan sobre os eventos de 1964 apontou as Forças Armadas como um subsistema do sistema político, que, na ausência de consenso ou em estado de crise, seriam legítimos como aqueles que poderiam intervir e moderar a situação para a manutenção da legalidade.

A relação entre o fim do governo de João Goulart e os militares abordou a compreensão dos fatos por um prisma diferente daqueles que vinham sendo estudados pela academia. A temática sobre grupos que participaram nas mudanças políticas de 1964 também foi tema do trabalho do cientista político René Dreifuss, que, diferente de Alfred Stepan, buscou mirar sua análise para a participação civil nos arranjos que conduziram a saída de Goulart do poder. O livro *1964: A conquista do estado*, lançado em 1981, teve a intenção de demonstrar como se deu a participação de civis nessa empreitada.

O autor avaliou a articulação de grupos econômicos organizados e sua relação com os militares para a deposição do presidente. O modelo de estado após a Revolução de 30 tinha como pressuposto a superação do modelo agroexportador⁸ e, assim, a busca pela industrialização da economia nacional. Com isso, a formação de condições necessárias para a conclusão de interesses econômicos dos grupos industriais, na concepção do autor, demandava uma “liderança forte” que possibilitasse ausências de conflitos: “Dreifuss parte do pressuposto de que o domínio econômico do capital multinacional na econômica brasileira não encontrava uma correspondente liderança política” (FICO, 2004, p. 50). No entanto, o Estado Novo, nesse sentido, contribuiu para a construção dessa realidade.

Apesar de a indústria e de os interesses agro-exportadores haverem estabelecido um “estado de compromisso”, eles tiveram uma coexistência difícil e o período foi marcado por crises de 1932, o que levou ao estabelecimento do Estado Novo em 1937 (...). Os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da sociedade industrial. (DREIFUSS, 1981, p. 22)

Com o estabelecimento do Estado Novo, as condições foram atendidas e foi possível para os grupos industriais ocuparem espaços na econômica nacional, principalmente devido à concentração econômica e centralização política promovidas pelo estado autoritário: “[...] o Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês” (DREIFUSS, 1981, p. 22). A ascensão dos grupos industriais ganhou força após o estabelecimento do Estado Novo, mas, após o seu fim, as condições políticas

⁸ Ver. JR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

que os favoreciam começaram a se desestabilizar. Diferente das condições encontradas em espaço de controle político autoritário, como na época do Estado Novo, o período pós-1945 não apresentava o modelo de Estado favorável as suas pretensões.

A representação política das classes populares, além das articulações promovidas pelas coalizões políticas, não criava condições e alternativas aos grupos multinacionais na condução de seus interesses. Deste modo, a aliança com grupos militares e opositores ao governo foi uma saída na busca pelo desequilíbrio de poder a seu favor: “Os verdadeiros artificios e próceres do movimento de março de 1964 eram os próprios empresários que, com o imprescindível apoio dos militares, deram um golpe civil-militar e derrubaram, enfim, João Goulart” (MENDONÇA, 2006, p. 31).

O bloco econômico⁹ formado no período pós-guerra trouxe a articulação de empresários na formação de alianças com conglomerados multinacionais, além do apoio de grupos militares que sinalizaram a construção de uma oposição que buscou espaço para uma atuação que favorecesse seus interesses no cenário de disputas de poder: “As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe” (DREIFUSS, 1981, p. 483). A participação dos civis no golpe perpetrado contra Goulart, especialmente na representação do complexo IPES-IBAD¹⁰ nos eventos, teve relevância e importância para o sucesso da ação dos militares, por apresentar ressonância aos interesses de governos estrangeiros e parte do empresariado nacional.

A obra de Dreifuss é um clássico estudo sobre a influência do empresariado brasileiro no golpe de 1964. O complexo IPES-IBAD foi uma referência para compreender a ação e relação das multinacionais no financiamento da conspiração contra o governo Goulart. A análise de Dreifuss colocou os empresários como protagonistas de uma articulação política contrária ao governo, tendo os militares como mero partícipes dos eventos que desencadearam a queda

⁹ Ver notas 1 e 2 do capítulo 5 em DREIFUSS, René. *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil (1961-1965)*. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade de Glasgow, 1980 (disponível em <http://theses.gla.ac.uk/4948/1/Dreifuss1980Phd.pdf>).

¹⁰ “O complexo IPES/IBAD é apresentado, na tese de Dreifuss, como o verdadeiro partido da burguesia – no sentido gramsciano – seu Estado- Maior para a ação ideológica, política e militar. O que isso parece significar senão a descrença – quando não o desprezo – que a elite orgânica nutria pelos partidos políticos, comprometidos, em maior ou menor grau, com um Estado populista e tradicional? No entanto, esse desprezo era também relativo, na medida em que se reconhecia a importância do Legislativo como esfera legitimadora – o que fica patente na ação agressiva ao do IBAD nos diversos *lobbies* nas campanhas eleitorais de 1962 em todo o país.” (BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [s.l.], n. 58, p.255-261, 2003.

do presidente. Assim, “[...] demonstrou que os empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe” (BADARÓ, 2008, p. 247). O evento que depôs João Goulart não foi um mero golpe militar, mas uma ação coordenada por civis em apoio a militares, um movimento social civil-militar.

1.4. O GOVERNO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO

No ano de 1979, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Stanford: *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*¹¹. A pesquisa¹² modificou o centro de análise sobre os eventos de 1964, pois trouxe a discussão para a esfera dos poderes constitucionais, privilegiando o legislativo como campo importante de análise. O esquema explicativo aos eventos teve como argumento central a ação de uma “paralisia decisória” como fator fundamental para a compreensão do desfecho político de 1964.

Situação, oposição e moderados não entravam em acordo na condução das pastas da política. Esse conflito provocou uma paralisia no sistema político brasileiro, favorecendo a ação de conspiradores na tomada do poder.

Wanderley Guilherme dos Santos recorre a argumentos de outra origem, onde a grande razão do golpe passa a ser atribuída à reduzida eficácia do sistema político, acometido por uma crise de paralisia decisória que impede o seu normal funcionamento. (CHALOUB, 2015, p. 200).

A tese de Santos acompanhou todo o governo de Goulart indicando um cenário de pluralismo polarizado¹³, que foi um dos fatores que conduziram o sistema político a um estado de paralisia. Sendo assim, um dos fatores cruciais para a crise no governo. Todavia, é necessário compreender os fatores que compõem esse modelo de crise, que, como aponta Wanderley Guilherme, ocorrem “[...] quando se dão simultaneamente três condições, todas empíricas e mensuráveis: fragmentação política, polarização ideológica e instabilidade de coalizões” (SANTOS, 2003, p. 265). A paralisia indicada por Santos afetou as ações tanto do poder Executivo

¹¹ Título Original: The calculus of conflict: impass in Brazilian politics and the crisis of 1964.

¹² O trabalho foi publicado em livro no ano de 2003, “O Cálculo do Conflito: Estabilidade e crise na política brasileira”.

¹³ “Sistemas pluralistas polarizados são aqueles que apresentam pelo menos um centro e dois polos, com as três posições políticas preenchidas por um ou mais partidos; no limite, as três posições podem até ser ocupadas por três facções de um único partido. (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O Cálculo do Conflito: Estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, Rio de Janeiro: Iuperj, 2003, p. 188.).

como do poder Legislativo. A deterioração da estabilidade¹⁴ entre PSD/PTB foi uma chave para compreender o engessamento do sistema político. A ausência de consenso entre as correntes políticas em relação a um projeto de lei, como, por exemplo, a reforma agrária, ocasionou uma crise administrativa que emperrava as tratativas de continuidade, e, assim, colapsava o sistema.

Esse colapso no sistema político também pode ser visto na pesquisa da autora Argelina Figueiredo, no livro publicado em 1993, *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à crise Política*, no qual destaca o papel ativo dos atores políticos institucionais, mas que, diferente de Wanderley Guilherme, usou o poder executivo como temática de análise.

A autora trouxe como eixo de seu argumento a tensão entre “democracia *versus* reformas”, que acompanhou todo o governo de Goulart. Na definição da autora, o colapso do sistema político derivou de ações específicas que minaram as condições de apoio para as reformas propostas pelo governo, que inviabilizaram a retomada de apoio político necessário para a consolidação de articulações para as reformas.

Argumento neste trabalho que, entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas. (FIGUEIREDO, 1993, p. 31).

A falta de entendimento político relacionada à implantação das reformas e a oscilação nas ações políticas promovidas por Goulart fortaleceram e contribuíram para o aumento da articulação contrária ao seu governo. Além disso, as ações dúbias tentadas por Goulart reforçaram a desconfiança ao executivo, pondo o sistema democrático em estado de alerta.

A proposta de Argelina procurou indicar que havia alternativas no caminho das reformas; porém, a ausência de consenso e ponderação nas escolhas das alternativas gerou a queda do sistema democrático. As apostas nas escolhas das alternativas, tanto da situação, quanto da oposição, demonstraram que as possibilidades de mudanças foram feitas em detrimento da ordem democrática, que provocaram o cenário de tensão e fim do regime político.

Existiram duas oportunidades para implementar um conjunto variável de reformas, e ambas falharam por diferentes razões. O efeito acumulado destes dois fracassos estreitou o campo de ações possíveis ao governo e condenou ao fracasso uma tentativa subsequente de se formar uma frente de centro-esquerda que visasse obter um acordo sobre um programa mínimo de reformas e deter o iminente movimento direitista. Nesse momento, a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco antigovernamental. O confronto entre os grupos político competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação

¹⁴ Ver. HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

as possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas. (FIGUEIREDO, 1993, 31)

A análise de Argelina tem como ponto crítico as escolhas que privilegiaram uma visão específica sobre os fatos, pois, na tentativa de evitar os determinismos das análises anteriores, e mesmo, subvalorizar as ações dos militares na composição dos eventos, a autora equalizou as possibilidades de ação dos atores, viabilizando caminhos que não eram viáveis.

[...] é que ao evitar os reais riscos do determinismo, Argelina dá pouca atenção ao lugar de fala e ação dos atores, que acabam todos remetidos a uma situação de igualdade de escolhas que não condiz com a realidade. (CHALOUB, 2015, p. 204).

A tensão entre democracia e reformas, apontada por Argelina, se restringe a um período específico da crise política. Logo, a sugestão de análise feita pela autora equalizou a pauta de debate entre os atores envolvidos. O seu esforço em evitar os determinismos¹⁵ verticalizou a dinâmica de atuação dos atores, conduzindo suas ações à proposta de análise.

A opção por analisar a condução dos acontecimentos através das ações dos indivíduos e as possíveis “alternativas” ao radicalismo político, apresentado pelas correntes deterministas, modificou o cenário de análise, onde os atores políticos foram aqueles que produziram a conjuntura de crise e a dissolução que os assolou.

1.5. VISÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE 1964

Os trabalhos produzidos no início do século XXI recepcionaram velhos temas sobre os eventos de 1964. A tese de Argelina Figueiredo¹⁶, que trabalhou a tensão entre democracia e reformas, serviu como base para parte da produção recente sobre o governo de João Goulart. A referência de sua pesquisa pode ser vista em trabalhos como o do jornalista ítalo-brasileiro, Elio Gaspari, que, no ano de 2002, lançou o primeiro volume de sua coleção sobre a ditadura no Brasil¹⁷.

O autor trabalhou a tensão apontada por Argelina: segundo a sua leitura, havia dois golpes em andamento, um da esquerda e outro da direita: “Se o golpe de Jango se destinava mantê-lo no poder o outro se destinava a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda” (GASPARI, 2014, p. 54). Ainda nesse cenário, cabe destacar o trabalho de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, no livro

¹⁵ Ver. MENDONÇA, Daniel de. **Democracia Sem Democratas**: Uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964). 2006, 421 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 34.

¹⁶ Ibid., p. 187.

¹⁷ Ver. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. Ed. Rio de Janeiro, intrínseca, 2014.

1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil, publicado em 2014. A pesquisa também aponta as tensões vistas no trabalho de Argelina, no qual o papel político do executivo, especialmente de João Goulart, é tido como elemento explicativo dos eventos que provocaram a crise do sistema político. O ator em análise não seria em si o governo, mas a figura política do presidente e sua atuação na condução da crise:

O golpe civil e militar de 1964 não estava contido na profunda crise política que abalou o Brasil em 1961. Tal golpe tampouco estava contido na crise política de 1954, que resultou no suicídio de Getúlio Vargas, como algumas vezes se aventa. Os que vivenciaram o governo Goulart não poderiam saber que o resultado das ações então empreendidas geraria um golpe, menos ainda com as características que tomou em seus desdobramentos. Nós, que estamos no futuro, é que sabemos o que ocorreu naquele passado. Por isso, ao longo de nossa narrativa, desejamos mostrar ao leitor como, em diversas oportunidades, se os personagens históricos tivessem se comportado de outra maneira, se tivessem adotado outras estratégias políticas, outra teria sido a história. O golpe de 1964 aconteceu, mas poderia não ter acontecido. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 16).

As ações de Goulart, na sua aproximação das esquerdas e agremiações sindicalistas, buscavam, na concepção dos autores, uma alternativa na manutenção democrática e na aprovação das reformas de base. A escolha das ações de Goulart no ápice da crise de seu governo foi necessária para evitar consequências maiores à sociedade:

A possibilidade de uma ação militar norte-americana no território brasileiro, que poderia trazer uma guerra civil e milhares de mortes, o levou, de imediato, a buscar outro tipo de alternativa. Se não o tivesse feito, certamente a história teria sido outra". (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 339)

Diferentes de outras abordagens¹⁸, que minimizavam a atuação de Goulart na crise de seu governo, os autores apontavam que o presidente sofreu pressões de ambos os lados e que o curso de ações tomado foi o menor dos males dentre as opções que Goulart tinha como alternativa para ação.

Em uma escolha de pesquisa diferente, o autor Rodrigo Patto Sá Motta defendeu, em 2000, e publicou em livro, em 2002, sua tese de doutoramento¹⁹: *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Esse trabalho traçou a ascensão e desdobramentos do processo conspiratório no contexto social do país, antes e durante o governo João

¹⁸ Ver. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio A Castelo**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁹ Ver. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000, 346 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Goulart. O processo conspiratório envolvia diversos atores sociais como políticos, militares e membros da sociedade em geral:

A solidariedade de Jango para com os subalternos rebelados foi considera[da] prova cabal da existência de uma marcha rumo a revolução. Após os acontecimentos fatídicos da semana santa, a conspiração antiGoulart nos meios militares e civis se precipitou”. (MOTTA, 2000, p. 331).

O golpe de 1964 serviu como reação à provável ação comunista que havia sido construída entre os comunistas e Goulart, segundo as justificativas de parte dos conspiracionistas, como aponta o autor. A tese da sombra comunista pode ser lida como uma fachada para ação de golpistas, para convencer parte da sociedade à legitimação de um golpe, pois, somente no início de 1964, “[...] a coalizão conservadora, majoritariamente, inclinou-se pela ruptura institucional. Até então a direita radical, mais especificamente, os anticomunistas extremados encontravam-se numa posição isolada em relação à opinião conservadora” (MOTTA, 2000, p. 336). O anti-comunismo contra Goulart ganhou força somente em 1964, quando o presidente havia se inclinado a seguir com as esquerdas. Antes desses eventos, a retórica sobre o comunismo e as ligações com o presidente eram especulações que visavam a desestabilizar o governo.

Esse cenário de articulação conspiratória fica claro com as afirmações do autor Carlos Fico, em uma pesquisa feita nos EUA, que trouxe evidências e confirmou suspeitas sobre a ação dos americanos na condução dos eventos que provocaram a saída de Goulart do governo. A pesquisa de Carlos Fico foi publicada em 2008, na obra *O Grande Irmão da operação brother Sam aos anos de chumbo*, feita no Arquivo Nacional Norte-Americano²⁰. A pesquisa confirmou o plano de contingência feito pelos EUA, caso houvesse reação de Goulart contra a ação dos militares golpistas. A Operação Brother Sam²¹, que já havia sido revelada por Marcos Sá Corrêa²², na década de 1970, foi aprofundada na pesquisa de Carlos Fico, o que indicou que a operação seria parte de um plano de contingência de uma operação militar complexa.

O plano de contingência norte-americano não previa apenas a “Operação Brother Sam”, mas também estabelecia essas linhas de ação estratégica que afinal se implementariam à risca três meses depois: o controle militar temporário (mediante uma junta militar, que se configurou no “Comando Supremo

²⁰ Fruto da pesquisa nos arquivos liberados pelo governo americano entre 1996 e 2004 – *National Archives and Records Administration* (NARA). Disponível em: < <https://www.google.com/search?q=National+Archives+and+Records+Administration&oq=National+Archives+and+Records+Administration&aqs=chrome..69i57j0i22i30i5j0i22i30i457j0i22i30.599j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

²¹ Sobre detalhes da operação ver CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

²² Jornalista. Ver biografia. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-de-sa-correa>>. Acesso em 23 dez. 2020.

da Revolução”), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente. (FICO, 2008, p. 93).

A narrativa produzida por Carlos Fico, com o auxílio das descobertas de sua pesquisa, revelou alguns desfechos relacionados aos eventos que premeditaram a saída do presidente, como o auxílio velado dos EUA aos conspiradores e o apoio financeiro à campanha de opositores a Goulart, nas eleições de 1962²³, além das constantes intermediações diplomáticas do governo americano com opositores de Goulart²⁴. Também, nesse cenário, é importante salientar a tese da ação reativa como solução à possível revolução comunista que os opositores de Goulart alegavam.

A identificação de suas atitudes como causas do golpe de 64 seria a base da tese do “contragolpe preventivo”, isto é, a suposição de que Goulart pretendia perpetuar-se no poder para além do prazo constitucional e que, por isso, precavidamente, foi deposto antes que ele mesmo desse um golpe (a tese também é utilizada em relação aos comunistas). Trata-se de especulação inconsistente não apenas porque é anacrônica: embora alguns episódios indiquem a radicalização das posições (especialmente o pedido malogrado de decretação do estado de sítio e o episódio do “ultimato” de Leonel Brizola ao Congresso Nacional), não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele. (FICO, 2008, p. 73).

A tese dos militares e opositores sobre um “contragolpe preventivo”, devido a um suposto golpe arquitetado por Goulart e os comunistas, se revelou como argumento consistente daqueles que conspiravam contra o governo. O contexto de Guerra Fria e as ações de Cuba, após a Revolução Cubana, fortaleceram as suspeitas em torno de governos que não seguiam a tendência de alinhamento intercontinental promovida pelos EUA. A ausência de alianças consistentes – subserviência ao governo dos EUA - ligou o alerta e o medo de uma nova Cuba próxima de seu território.

1.6 1964 E O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO

As interpretações sobre o governo de João Goulart criaram um volumoso material de análise sobre os eventos que depuseram o presidente. Esses trabalhos buscaram discutir as possibilidades, alternativas, escolhas e o comportamento dos atores que estavam envolvidos naquele contexto. As leituras provocaram debates na academia e formulações teóricas que tentavam compreender como o conjunto de ações dos atores e a influência do contexto possibilitaram o desfecho ocorrido.

²³ Ver. CARONE, Edgard. **A República Liberal II: Evolução Política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 180.

²⁴ Ibid., p. 184.

No meio desses debates, é possível destacar as críticas feitas às pesquisas de Jorge Ferreira (2003; 2005) e Ângela de Castro Gomes (1988). Esses pesquisadores fazem parte do programa de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e foram apontados por seus críticos como historiadores “Revisionistas”. Além deles, Daniel Aarão Reis Filho (2001), que é professor do mesmo programa e outros autores como Marco Antônio Villa²⁵ (2004) e Elio Gaspari²⁶ (2002) também são adjetivados da mesma maneira.

As críticas a esses autores têm como marco inicial o trabalho de Argelina Figueiredo (1993), que se tornou referência para parte dos trabalhos produzidos por esses autores. Os conceitos e termos usados para exemplificar o contexto, como os recorrentes usos de populismo, democracia e trabalhismo foram foco de críticas e análises, principalmente por historiadores marxistas, que buscaram discordar das abordagens e explicações que foram dadas para a crise política do governo de João Goulart.

Com a historiografia que ascendeu com a “Nova História Cultural²⁷”, novas abordagens e maneiras de tratar as temáticas da história teriam sido criadas. A cultura como motor da história tornou-se foco desta nova corrente, que contrariava as abordagens que buscavam explicar os eventos pela chave da economia. A alternativa metodológica e teórica produzida por essa corrente da historiografia na avaliação dos acontecimentos do golpe de 1964 tem sido apontada como revisionista. As críticas podem ser vistas, por exemplo, em artigos produzidos no periódico *Crítica Marxista*²⁸. Um dos artigos que apontam a dinâmica revisionista é o do historiador e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp Caio Navarro de Toledo²⁹, que tem como uma de suas críticas a naturalização por parte destes pesquisadores (VILLA, 2003; FERREIRA, 2003) de um golpismo generalizado, promovido pelos dois lados em disputa.

No cenário que foi montado por essas análises, todos os agentes relevantes do processo político “[...] estavam comprometidos com o golpismo: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por “não morrerem de amor pela democracia” – estavam prontos para desfechar

²⁵ Historiador e comentarista político. Ver. VILLA, Marco Antonio. **Jango, um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

²⁶ Jornalista e escritor italo-brasileiro.

²⁷ Ver. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.; BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, v. 5.

²⁸ Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>>. Acesso em 23 dez. 2020.

²⁹ Ver. Caio Navarro de Toledo. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=19&numero_revista=19. Acesso em: 23 dez. 2020.

um golpe de Estado” (TOLEDO, 2004, p. 34). Essas considerações, segundo Toledo, equalizavam as ações dos atores, produzindo justificativas para ação dos militares que, nesse caso, tinham antecipado suas ações ao movimento de Goulart e das Esquerdas. Com isso, o argumento de um “contragolpe” preventivo é fortalecido e o contexto de golpe enfraquecido, pois a retórica da preservação da ordem social é colocada como justificativa para a ação dos golpistas.

Um dos autores apontados por Caio Navarro Toledo é Jorge Ferreira (2003), que, segundo seus argumentos, afirmaria que a esquerda e Goulart inclinaram-se para o golpismo, no intuito de aprovar as reformas que eram propostas pelas pautas reformistas.

Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. (FERREIRA, 2003, p. 400).

A escolha de Jorge Ferreira em seguir pelos argumentos apontados por Argelina Figueiredo (1993) reproduz os mesmos problemas que podem ser apontados na obra da autora, como a homogeneização dos atores em torno de “democracia *versus* reformas”, e mesmo, a naturalização da solução do compromisso em 1961 como alternativa política, e não, ação golpista dos militares em tutelar o processo de posse de Goulart. Assim, Jorge Ferreira, como aponta Toledo, entendia que “[...] havia um reduzido compromisso das esquerdas brasileiras com a questão democrática. Defendendo ‘a qualquer preço’ a realização de reformas sociais e econômicas, as esquerdas se dispunham, inclusive, a adotar soluções não-democráticas” (TOLEDO, 2004). Assim, segundo Toledo, é difícil identificar a radicalização das esquerdas, e mesmo de Goulart, baseando-se apenas nos discursos dos atores como fontes do argumento.

As críticas aos argumentos de Jorge Ferreira (2003) também podem ser vistas no livro organizado por Demian Bezerra de Melo: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Essa obra amplia o campo de análise das críticas aos “revisionistas”, por expandir os horizontes de contradições entre as correntes de pesquisa, principalmente os capítulos de Demian Bezerra de Melo, Marcelo Badaró Mattos e Felipe Abranches Demier.

No capítulo escrito por Marcelo Badaró Mattos, “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”, o autor faz ponderações semelhantes aos argumentos de Caio Navarro de Toledo, questionando o posicionamento de Jorge Ferreira (2003; 2005) sobre o contexto que culminou com a deposição de João Goulart. O livro analisado por Mattos, *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, escrito por Jorge Ferreira, levantou duas questões: democracia e populismo, que são centrais nos debates dos pesquisadores “revisionistas”. Na leitura apresentada por Mattos, o autor Jorge

Ferreira apresenta uma interpretação sobre a construção teórica que, como aponta o autor, é uma tentativa de negar as análises marxistas. Ao seguir por esse caminho, por meio da chave cultural, Jorge Ferreira³⁰ (2005) flertou com análises anticomunistas, pois, ao culturalizar determinadas ações dos atores e movimentos em momentos anteriores e durante o governo de Jango, criou alternativas que não estavam postas. O cenário de Guerra Fria e as imposições do governo dos EUA não possibilitavam um cenário de muitas escolhas ao governo brasileiro, ainda mais em um governo em crise política:

Ao abordar teoricamente as manifestações políticas das camadas populares adeptas do trabalhismo e do PTB sob o conceito de cultura, acredito ser possível reconstituir um aparato simbólico, que para elas, teve existência real. Como uma linguagem, necessariamente coletiva, a cultura organiza a realidade na consciência social das pessoas, tornando possível, ao pesquisador, resgatar compreender a “gramática” desse idioma. (FERREIRA, p.14, 2005).

No eixo democracia e populismo, Badaró (2014) indicou uma subvalorização na interpretação de Jorge Ferreira (2003; 2005) das leituras que apontam o conceito de populismo como eixo explicativo para o contexto político de 1945-1964. O autor replica a proposta de Ângela de Castro Gomes (1988) no uso do trabalhismo como chave substancial a “manipulação” empregada pelo termo populismo nos trabalhos de Francisco Weffort (1980) e Octavio Ianni (1975). E, também, seria esse um dos esteios que sustentou o conceito de democracia no período, devido à ascensão dos trabalhadores na atuação política.

As afirmações que apontam que havia um regime democrático no período de 1945-1964 negariam questões que são essenciais para essa avaliação, como a ilegalidade do PCB, a estrutura sindical corporativista, a ação sistemática da polícia política e as restrições à participação política. Esses fatores produzem controvérsias ao atribuir o conceito de democracia no período de 1945-1964. Portanto, a leitura apresentada por Jorge Ferreira³¹ reduz a ideia de democracia a conquistas específicas, enquanto questões que confrontariam esse cenário seriam reduzidas para a sustentação de uma experiência democrática³².

No capítulo “Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo”, o pesquisador Felipe Abranches Demier apresenta críticas às análises feitas sobre o conceito de populismo pela autora Ângela de Castro Gomes (1988; 2001), que

³¹ Ver. Ferreira, Jorge. **O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³² Ver. GUIMARÃES, Cesar. Vargas e Kubitschek: A Longa Distância entre a Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

apresentou uma alternativa conceitual ao conceito de populismo, apresentado pelos autores Francisco Weffort (1980) e Octavio Ianni (1975):

De certa forma, Ângela Gomes fez escola, e seguiram-se várias pesquisas imbuídas da missão de propor explicitamente uma substituição direta do conceito de populismo pelo de “trabalhismo”. Formava-se, assim, um dos campos – e talvez o mais cool entre as novas gerações de historiadores e jornalistas políticos – do referido movimento de revisão historiográfica, campo esse que aqui denominamos de *revisionista*. (DEMIER, p. 131, 2014).

A autora criticou o papel dos trabalhadores nas análises populistas, por serem vistos como “manipulados” e “passivos” ao seu contexto e papel social. Sendo assim, “[...] segundo a autora, o termo ‘populismo’ seria dotado de tom pejorativo e associado a uma relação e manipulação entre um Estado/sujeito e trabalhadores/objetos” (DEMIER, p. 130, 2014). O conceito de populismo, nesse contexto, apresentava os trabalhadores no sentido de “massas³³”, e não como classe. Com isso, Ângela de Castro Gomes (1988; 2001) estaria equivocada em realizar esses questionamentos, pois esses atores não apresentaram esses termos como foram postos; pelo contrário, são usados para explicar a vinculação na ação de concessão e dependência entre as classes. A hegemonia exercida pela classe dominante dependia de aspirações das classes populares para a manutenção do sistema político. Portanto, não é possível engessar o sentido do termo como é apresentado, pois a mudança de significado ou a busca por uma resignificação não seria justificada.

No capítulo “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”, Demian Bezerra de Melo (2014) apresenta críticas ao livro de Argelina Figueiredo (1993) *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. Obra que foi base para parte dos historiadores apontados como revisionistas:

Para esta autora, as opções dos “atores políticos relevantes”, especialmente do próprio Goulart, ao adotarem o tom radical, limitaram a possibilidade de realização de reformas dentro do arcabouço institucional então vigente. Em suma, Figueiredo desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da Embaixada dos EUA etc., para co-responsabilizar aqueles que em 1964 foram apeados do poder. (MAIA, p. 161, 2014).

O trabalho de Argelina (1993), como visto anteriormente, apresentou uma clivagem entre democracia *versus* reformas, na qual os atores envolvidos agiam em torno de seus interesses, mesmo que a custo da democracia. Havia uma equivalência de forças que colocava os atores em cenários de disputa. Enquanto as esquerdas e Goulart radicalizavam seus posicionamentos,

³³ No sentido de Lumpemproletariado. Ver. MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2008, p. 80.

os grupos de oposição e militares reagiram a essas ações. Nesse contexto, a ação dos golpistas seria justificada por uma antecipação dos militares a um golpe de Goulart e das esquerdas. Além disso, a posição em que João Goulart é colocado no cenário constrói uma imagem que aponta alternativas a essas ações, mas a escolha do presidente foi a radicalização. Essa afirmação é confusa, pois influencia a reflexão, na qual Goulart tinha um baú cheio de alternativas, mas escolheu a pior.

A tese de Argelina, como apontou Fico (2017), apresentou uma ausência de perspectiva histórica, além de uma “[...] singeleza na suposição de que a esquerda radicalizada de Leonel Brizola pudesse simplesmente considerar racionalmente, como escolha possível, não se comportar como o que de fato era: esquerdista e radicalizada” (FICO, 2017, p. 12). Os argumentos de Argelina provocam questões que direcionam para pontos anacrônicos, pois não é possível afirmar que os valores democráticos eram postos no debate da crise na década de 1960, como é apontado pela autora e, ainda mais, afirmar que o debate entre democracia *versus* reformas era central entre as disputas políticas, visando que as ações dos conspiradores e da oposição indicavam a tentativa de preservação de uma estabilidade política.

As leituras que buscaram compreender o fim do governo de João Goulart projetaram suas análises, inicialmente, nos processos que compreendiam a categorias explicativas que remetiam problemas de classes, tradições e transições políticas. Esses processos podem ser apontados nas obras de Octavio Ianni (1975) e Francisco Weffort (1980), que apontaram que a inserção das classes populares no processo político provocou as tensões que colapsaram o sistema. Nos trabalhos seguintes, o contexto de análise sofreu mudanças no foco dos autores, nos quais outras perspectivas específicas ganharam espaço, como a instituição militar, a participação dos civis, o legislativo e o executivo.

CAP. 2. JOÃO GOULART ENTRE APOIO E OPOSIÇÃO

Com a votação do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, o executivo retomou seus poderes e a emenda³⁴ constitucional nº 4, que indicava a votação para o retorno ao presidencialismo em 1965, teve seus efeitos antecipados para 1963. A antecipação teve apoio de ministros das Forças Armadas, como o ministro da Marinha, Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, da Guerra, General Nelson de Melo e, da Aeronáutica, Reinaldo Joaquim Ribeiro de Carvalho. Essa articulação passou pelo então chefe do governo, João Goulart, que indicou Francisco de Paula Brochado da Rocha³⁵ como primeiro ministro após a renúncia de Tancredo Neves, em junho de 1962. Com a aprovação do Congresso, Brochado da Rocha foi empossado como novo Primeiro Ministro, em julho de 1962.

O apoio dos ministros militares e a inclinação do Congresso na realização da consulta popular, até abril de 1963, tornaram-se gradativamente favoráveis às investidas de Goulart. Porém, em setembro de 1962, Brochado da Rocha renunciou ao cargo, após não ter tido sucesso em suas investidas junto ao Congresso para antecipação da votação do plebiscito em 1962. Entretanto, o clima de tensão provocado pelo o aumento da inflação,³⁶ que atingia diretamente o preço dos alimentos e fragilizava a geração de empregos, pressionou o Congresso, que já vinha sendo pressionado por agremiações trabalhistas³⁷. Em 15 de setembro foi realizada uma greve geral pela CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Um dia após a renúncia de Brochado da Rocha, a manifestação reivindicava a antecipação do plebiscito, a concessão de 100% de aumento do salário mínimo, além da aprovação e implementação das reformas de base.

O efeito das pressões feitas pelas ruas potencializava a pressão contra o Congresso, que agiu no ápice da crise. Ainda em 15 de setembro, mesmo dia da greve geral, o Congresso

³⁴ Emenda que instituiu o sistema parlamentarista no governo. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 10 abr. 2020.

³⁵ Político filiado ao PSD. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/brochado_da_rocha. Acesso em 12 fev. 2021.

³⁶ Ver. **A NOVA ETAPA**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 dez. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Infla%C3%A7%C3%A3o&pagfis=34694. Acesso em 04 jan. 2021.; **CAMPOS CRITICA DEFORMAÇÃO DA IMAGEM BRASILEIRA NOS EUA**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 dez, 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Infla%C3%A7%C3%A3o&pagfis=35205. Acesso em 04 jan. 2021.

³⁷ Ver. SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140.

aprovou a lei complementar nº 2, que marcava a data para a realização do plebiscito, antecipando a votação para o dia 06 de janeiro de 1963. Além disso, em 1 de janeiro, o governo concedeu 75% de aumento nos salários fortalecendo o apoio das lideranças trabalhistas³⁸ ao governo.

Em 6 de janeiro de 1963, o PTB e João Goulart saíram vitoriosos da consulta popular, com um grande índice³⁹ de aceitação. Todavia, com a retomada do poder, velhas⁴⁰ manobras para desqualificar a validade do pleito popular ganharam fôlego pelas forças da UDN:

Previendo a derrota, a UDN tentou modificar as regras da eleição, sugerindo uma emenda que exigia maioria absoluta. Em caso de vitória relativa, a disputa eleitoral seria decidida pelo Congresso. A proposta, no entanto, foi recusada pelos parlamentares. Venceu JK e Jango, da aliança PSD/PTB. (JANES, 2007, p. 98)

A vitória do plebiscito presidencialista representava o restabelecimento de forças do executivo, além de despontar como um alento ao cenário de crise política e social:

Os resultados do plebiscito não podiam ser encarados como uma posição inteiramente pró-Goulart ou pró-reformas. O fato de que diferentes interesses estavam representados na ampla coalizão antiparlamentarista nega tal interpretação. Além disso, a imensa maioria dos que votaram pelo retorno ao regime presidencialista expressava, também, a desilusão generalizada com o sistema parlamentarista e a esperança de que a estagnação e o caos atribuídos a esse sistema pudessem ser superados. (FIGUEIREDO, 1993, p. 89)

No final de 1962 e início de 1963, o PTB e suas lideranças conseguiram vitórias importantes⁴¹, que contribuíram para as articulações da situação e da oposição e no aumento de suas atividades. Se, na esquerda, as Frentes Parlamentares ganhavam fôlego com as vitórias de João

³⁸ Ver. SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 237-277.

³⁹ Ver. **NO PLEBISCITO DE 1963, BRASIL DERRUBA PARLAMENTARISMO E DEVOLVE PODERES A JANGO**. Jornal do Senado, Brasília, 2 dez. 2018. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>>. Acesso em 04 jan. 2021.

⁴⁰ As críticas ao resultado do plebiscito foram feitas pela UDN repetindo a manobra que o partido já havia usado em momentos anteriores, quando da vitória de Getúlio Vargas no pleito de 1950 e de Juscelino em 1955. Ver. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 59-103.; CARONE, op. cit., p. 42-84.

⁴¹ Referência ao aumento da bancada legislativa nas eleições de 1962 e a vitória do plebiscito. Disponível em: < <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13038>>. Acesso em 04 jan. 2021.

Goulart e Leonel Brizola, na direita⁴² a oposição, militares e civis se organizavam para modificar o quadro de desvantagens.

Com o fortalecimento do espectro da esquerda, por meio das Frentes Parlamentares Nacionalistas (FPN), das Ligas Camponesas e dos grupos⁴³ ligados à CGT, que haviam ganhado forças com a atuação e vitória de Leonel Brizola para o parlamento nas eleições de 1962, o discurso da esquerda, na cobrança de um posicionamento de Goulart, junto à ala radical de seu partido, ganhou força. A criação da FMP⁴⁴ (Frente de Mobilização Popular) em 1962, com a liderança de Leonel Brizola, sinalizava o aumento da cobrança a Goulart pelas reformas de base.

O aumento da oposição e a conjuntura de crise econômica demandava atitude do presidente em conduzir o cenário político desfavorável, pois o quadro de crise instalado no governo dificultava a ação de Goulart em atender as demandas de sua legenda e na tentativa de fortalecer suas alianças com o PSD. A articulação na intermediação entre as duas frentes ficava cada vez mais difícil.

2.1 A ESCALADA DA CRISE

A vitória de Goulart no plebiscito e o aumento de parlamentares do PTB nas eleições de 1962 criaram expectativas que gravitavam entre o aumento de apoio popular e a perda de apoio parlamentar. O debate entre os parlamentares sobre a vitória de João Goulart dividia os posicionamentos. Enquanto a oposição, especialmente a UDN, condenava a vitória do PTB e Goulart, os aliados festejavam a vitória do plebiscito. Todavia, o resultado ainda se mostrava positivo a todo o cenário partidário, visando às eleições de 1965 e a força restaurada do executivo. Com isso, nesse primeiro momento, governo e oposição ensaiavam uma trégua pela possibilidade de um contorno da crise com o retorno das prerrogativas do executivo.

As críticas à resolução do plebiscito tiveram início nas vozes de parlamentares da UDN, que se apresentou, como partido, com uma postura de indignação e perplexidade na vitória da consulta popular. Primeiro, por não aceitar a vitória e retomada de poderes do executivo; segundo, por não concordar com os critérios promovidos pelo governo para a realização da consulta. Esses posicionamentos favoráveis e contrários podem ser vistos nos diários do Congresso, nos quais estão transcritas essas manifestações:

⁴² CARONE, op. cit., p. 186-190.

⁴³ SANTANA, op. cit., p. 237-277.

⁴⁴ Ver. FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 543-583.

Está na tradição da U.D.N. o contato com o povo em campanhas cívicas de esclarecimento, mas, desta vez, é o governo que vem a campo em propaganda tendenciosa e de fartos recursos, para levar o povo a rejeitar um sistema que o próprio governo não permitiu que se praticasse. Em face da campanha que assim desvirtua substancialmente a livre manifestação da opção popular, a UDN se vê limitada a recomendar que se faça, sempre que possível o esclarecimento leal e democrático do povo sobre os sistemas em controvérsias ao lado do empenho em impedir que prevaleça a fraude que já começa a ser praticada. (ALEIXO, 1963, p. 48).

Esse foi um trecho da nota da UDN, representada pelo deputado e líder do partido, Pedro Aleixo, com relação à realização do plebiscito. É possível notar que o discurso segue um tom de acusação ao governo, pressupondo que este seria desleal e antidemocrático com o povo, devido às possíveis práticas fraudulentas que foram usadas para a realização da consulta:

Se o povo está sendo consultado, natural é que o povo venha responder à consulta. A abstenção é anti-democrática. Mas passou-se a preparar o povo para dar não uma resposta fundada em conhecimento próprio esclarecido e convenientemente informado; passou-se a preparar o povo para uma só resposta, à única resposta que convém ao interesse dos governantes. (ALEIXO, 1963, p. 49).

As considerações da UDN sobre Getúlio Vargas e os seus herdeiros têm longo histórico de acusações e difamações. Contudo, diferente de antes ou semelhante a períodos passados, o PTB estava à frente do executivo. A UDN amargou o desfecho do governo de Jânio Quadros e sua condução contrária ao direcionamento do partido, e ainda teve que conviver com a ascensão de Goulart ao executivo e o crescimento de sua legenda. Se Goulart tinha pretensões políticas semelhantes às de Vargas, os problemas e as pressões que se aproximavam também teriam correspondência com o passado⁴⁵.

O posicionamento de Pedro Aleixo seguiu a tendência de seu partido, que remontava à época de Getúlio Vargas. Porém, diferente de momentos anteriores, o pleito em julgamento era uma votação simplificada, em SIM ou NÃO, e motivada politicamente e socialmente, devido à carga de esperança depositada por aqueles que conviviam com as constantes oscilações econômicas. Questionar essa votação, que teve um resultado majoritário, poderia desencadear protestos ou perda de apoio para seu partido, pois os interesses na retomada do presidencialismo atenderiam não só anseios políticos imediatos, mas também anseios sociais.

Porém, nem todos os parlamentares da legenda seguiram o tom de Pedro Aleixo. Houve, também, aqueles que buscaram um discurso mais ameno, sem tirar o mérito de responsabilidade

⁴⁵ Ver. D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 116-147. (Série Fundamentos; 90).

que o retorno dos poderes traria ao presidente, como a exposição do deputado Aduacto Cardoso da UDN:

O povo vai ter, ou tem, do dia 6 de janeiro para cá o que quis; o povo, que disse não foram 9 milhões contra os dois milhões – pode ser que eu erre em milhões, mas nesse tema qualquer erro será venal – que disseram sim. O povo tem o que quer, através dos poderes que conferiu ao Sr. João Goulart, através da autoridade presidencial que restaurou sua pessoa, glorificando-a com essa resposta plebiscitária realmente notável. O povo tem o que quer: os aumentos, a autoridade, a concentração da autoridade, como se dizia na linguagem da propaganda plebiscitária. A concentração da autoridade aí está. Vamos ver o que fará dela o eminente Sr. João Goulart. (1963, p. 80).

Com os trâmites para a implementação do regime presidencialista sanados, outro problema deveria ser resolvido, pois participou ativamente e foi determinante na vitória do plebiscito: o problema social.

A resolução positiva dos planos do PTB, João Goulart e aliados não os daria tempo para comemorar o resultado. Com os poderes restabelecidos ao executivo, o mesmo deveria agir para a reversão do quadro de crescente inflação que afetava a população. Os problemas que contribuíam para o aumento da crise econômica foram atribuídos, em parte, ao sistema parlamentarista⁴⁶ como as próprias indicações feitas pelo governo na campanha⁴⁷, fator esse que contribuiu para o sucesso da consulta do plebiscito, mas que também acendeu um alerta ao governo, pois, se não houvesse respostas imediatas aos problemas, a pressão contra o governo poderia aumentar. Além disso, as coalizões parlamentares entre PTB e PSD apresentavam instabilidades desde 1962, de modo que o aumento das pressões contra o governo poderia desencadear ainda mais perda de apoio parlamentar.

A discussão sobre a realização do plebiscito evidenciou o racha interno no PSD na relação de apoio a Goulart. Como aponta Hippolito (2012), era possível identificar a divisão do partido em três grupos: o primeiro, composto pela bancada mineira, liderada por Alkmin⁴⁸ e Capanema⁴⁹, que faziam oposição ao governo. O segundo alinhava-se com setores mais à esquerda, reunidos na Frente Parlamentar Nacionalista, dissentindo da orientação do partido no

⁴⁶ Ver. **Diários do Congresso**, 10 dez. 1962, p. 7279-7282. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16DEZ1962.pdf#page=>>. Acesso em 04 jan. 2021.

⁴⁷ Ver. **NO PLEBISCITO DE 1963, BRASIL DERRUBA PARLAMENTARISMO E DEVOLVE PODERES A JANGO**. Jornal do Senado, Brasília, 2 dez. 2018. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>>. Acesso em 04 jan. 2021.

⁴⁸ Deputado Federal José Maria Alkmin. Ver mandatos, disponível em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/131444/biografia>>. Acesso em 04 jan. 2021.

⁴⁹ Deputado Federal Gustavo Capanema. Ver mandatos, disponível em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/1567/biografia>>. Acesso em 04 jan. 2021.

caso da recusa à indicação de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro⁵⁰. Esse grupo se alinhava aos nacionalistas do Congresso. O terceiro era liderado por Juscelino, foi o grande vencedor dentro do PSD na luta pelo presidencialismo. A linha Juscelista apoiava Goulart em busca de um retorno político em 1965⁵¹ e uma possível configuração PTB/PSD.

Nesse cenário, o governo também demonstrava desgaste entre a legenda e o político. O PTB e João Goulart não seguiam a mesma sintonia, pois, enquanto o partido buscava a implementação das reformas de maneira imediata, João Goulart seguia no caminho da conciliação, evitando o confronto:

A vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963 não foi, contudo, suficiente para dar maior organicidade às relações entre o presidente e seu partido. Já no gabinete Hermes Lima, instalado em setembro de 1962, Goulart fora levado a demitir seu ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, em função das críticas que este fizera ao embaixador Lincoln Gordon, a Octavio Gouvêa de Bulhões e a Roberto Campos no sentido de estarem submetendo o Brasil aos ditames da política econômica internacional. As acusações de João Pinheiro Neto em nada destoavam do que o partido e o movimento reformista vinham apregoando há vários anos. (D'ARAÚJO, 1994, p. 144/145).

O impasse e divisão dentro do PTB cresciam. Um exemplo foi a formação da Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel Brizola, que fez frente à liderança de Jango no partido por pressionar seu governo a tomar medidas econômicas mais radicais. A conjuntura amplificava as dificuldades na manutenção do governo, pois, para a execução das reformas propostas pelo presidente, o consenso entre as alianças e no conjunto intrapartidário era necessário. Nesse sentido, na tentativa de criar medidas que solucionassem os impasses econômicos e sociais pelos quais o país passava, o novo governo presidencialista apresentou dois projetos para sanar esses problemas; o primeiro “[...] foi o Plano Trienal, que combinava algumas reformas com um programa de estabilização e sustentação do crescimento econômico, em um esforço de implementar uma política econômica de centro baseada em uma coalizão multiclassista” (FIGUEIREDO, 1993, p. 90). E o segundo se mostrava como “[...] a apresentação, pelo partido do governo (PTB), de um projeto de emenda constitucional que permitia a desapropriação de terras sem indenização prévia em dinheiro” (FIGUEIREDO, 1993, p. 90).

⁵⁰ Indicação de João Goulart a San Tiago Dantas a Primeiro Ministro, após renúncia de Tancredo Neves em 1962. Ver. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 103-112.

⁵¹ Próximas eleições presidenciais.

O sucesso das iniciativas do governo passava pelo apoio no parlamento e fortalecimento de suas coalizões, que haviam se enfraquecido após o resultado do plebiscito e a divisão clara do PTB entre o posicionamento de suas lideranças, João Goulart e Leonel Brizola. A pressão contra o governo foi atenuada pelo discurso negativo criado contra o parlamentarismo, sendo apontado como responsável pela crise econômica, e a pressão positiva criada pelo retorno do presidencialismo, com a expectativa dada ao restabelecimento de poderes ao executivo. O discurso do deputado Arruda Câmara do PDC exemplifica as expectativas e frustrações em torno do presidencialismo e parlamentarismo:

Clamou-se pelo plebiscito, seria ele o remédio para todos os males nacionais. Durante a sua propaganda ouvi no meu Estado estações radiofônicas asseverarem alto e bom som que o Parlamentarismo era o responsável por todas as crises. Pela carestia de vida. Pelo mal estar do povo. Pela falta de abastecimento das grandes cidades. Enfim por todas as angústias que o povo brasileiro padece. Realizou-se o plebiscito. Considero justo e razoável que voltemos o quanto antes a sua execução, o cumprimento da vontade popular manifestada por esmagadora maioria, entregando ao Presidente João Goulart todos os poderes do regime presidencialista. Até agora havia o que se chamou uma espécie de “condomínio”. Mas os erros do Governo eram de maneira geral atribuídos ao Congresso e ao Conselho de ministros. Agora tome nota o Sr. Presidente da República: A começar de data que será fixada, certamente na próxima semana, S. Exa, atrai sobre os seus ombros uma grande responsabilidade. O plebiscito traria o remédio para todos os males, a solução para os nossos graves problemas. (CAMARA, 1963, p. 81).

As tensões entre os parlamentares da situação e oposição tendiam a aumentar, caso não fossem feitos planos que mudassem o cenário da crise: “[...] a contínua preocupação de Goulart em expor sua defesa da chamada ‘ordem democrática’ evidencia que o fim do parlamentarismo não significou o fim dos conflitos na conjuntura política brasileira daquele período” (SILVA, 2012, p. 149). A atenção do governo deveria estar redobrada, pois a vitória do plebiscito carregava expectativas dos populares, que podem ser vistas nas considerações do Deputado Federal pelo PDC Aniz Badra:

[...] porque se falou muito contra os tubarões; afirmou-se que os preços agora iam baixar, que nós éramos os culpados, que a Câmara era a culpada, que o Parlamento brasileiro não tinha consciência dos seus atos. No entanto, vem o primeiro protesto contra o Senhor João Goulart: Os Presidentes do Centro dos Choferes e Sindicato dos Motoristas Autônomos dirigiram mensagem de protesto ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro, contra o aumento dos combustíveis.

Afirmam neste documento que estão decepcionados, pois acreditavam que depois da consagração do presidencialismo no plebiscito, o Sr. João Goulart procuraria adotar medidas que resultassem na estabilização do custo de vida e verificaram agora ser o Governo o primeiro a concorrer para agravar a situação nacional. (BADRA, 1963, p. 121).

Os anseios populares fortaleciam o tom de cobrança da oposição. O plebiscito havia acontecido há menos de três semanas e as manifestações sociais já eram exploradas e direcionadas contra o presidente: “[...] o governo está caminhando para a unificação cambial, mas retira os subsídios da gasolina sem planificação. Não sabe que os estoques propiciam riquezas ilícitas. E agora retira o subsídio do trigo, de importância tão grande ou igual à gasolina” (RAFAEL, 1963, p. 121). Segundo o Abel Rafael, deputado federal pelo PRP, o governo estava na contramão de suas promessas. Essas medidas, indicadas pelo parlamentar, esquentaram os discursos em janeiro de 1963 na Câmara Legislativa, pois indicariam que o governo não estava cumprindo a promessa de pôr fim à crise econômica, mas, pelo contrário, tomava medidas que acentuavam o aumento de preços para o povo. Além disso, havia o quadro de fragmentação do PSD e sua aproximação com a UDN, que desenhava um cenário de isolamento ao PTB e fragmentação do seu apoio, como apontou o deputado Campos Vergal do PSP: “[...] para saber o que se passa no meio popular é preciso conviver com os homens do povo, é preciso saber o que se passa em suas modestas casas, em suas residências” (VERGAL, 1963, p. 121). O clima de contestações e manifestações contrárias ao presidente aumentava a cada ação do governo, como visto no pronunciamento do deputado Pedro Vidigal do PSD:

Carreguei nas costas o fardo pesado da candidatura do Sr. João Goulart, sobretudo em Minas Gerais, dando na primeira vez que foi candidato à Vice-Presidência da República a vitória a S. Exa., ou colaborando para ela e para a derrota de um dos mais dignos varões de Minas Gerais de todos os tempos o Senador Milton Campos. Na última lutei bravamente para que S. Exa. fosse eleito Vice-presidente da República. Tenho, portanto, muita autoridade para criticar o Sr. João Goulart, porque, se o aplaudi por várias vezes, se por várias vezes lhe dei o meu apoio, acho-me em condições de, com a mesma independência, censurar os atos de S. Exa., o ato do Presidente João Goulart. (VIDIGAL, 1963, p. 121).

2.2 DESALINHAMENTO E PRESSÃO EXTERNA

Com a vitória do plebiscito, o caminho para João Goulart governar com autonomia havia sido aberto, porém, antes mesmo de começar a implementar medidas que buscassem sanear os problemas sociais e econômicos a oposição intensificava suas manifestações. E, se parecia pouco, em março de 1963, o então embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, fez comentários sobre o Brasil ao jornal *The Washington Post*⁵², na qual fazia acusações que relacionavam o país com o comunismo. O deputado Miguel Bahury do PSP transcreveu comentários

⁵² Ver. **Diários do Congresso**, 20 mar. 1963, p. 699. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1963.pdf#page=>>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

realizados pelo Ministro da Fazenda e ex-Ministro das Relações Internacionais San Tiago Dantas sobre esse caso:

Existem comunistas-moscovitas e castro-comunistas e alguns desses, conforme acertadamente indicou nosso Embaixador Lincoln Gordon, estão no Governo. Mas nenhum representante responsável dos Estados Unidos, incluindo-se enfaticamente o senhor Gordon, despreveria o Governo do Brasil como pró-comunista. As posições de poder são ocupadas por não-comunistas cuja influência, crescerá se o Brasil prosperar. (BAHURY, 1963, p. 700).

A indicação de Lincoln Gordon, que apontou que havia comunistas no governo do Brasil, acirrava a tensão no governo por servir como mais um fator para o fortalecimento da oposição. Os comentários realizados por Lincoln Gordon foram temática de debate entre situação e oposição nas bancadas do parlamento, o que pode ser visto na intervenção do deputado federal do PTB, Sérgio Magalhães:

Creio que a estranheza do Embaixador norte-americano é pelo fato de não se exigir aqui no Brasil atestado de ideologia de quem quer que seja. Estamos desenvolvendo o nosso regime democrático fortalecendo-o e não temos nenhum dispositivo legal que venha obrigar o governo a exigir o conhecimento das posições ideológicas dos funcionários que, muitas vezes, são nomeados através do sistema de mérito, verificando em concurso público. (MAGALHÃES, 1963, p. 702).

A realidade da Guerra Fria e seus impactos nos EUA criaram um estado de atenção e desconfiança que era percebido pelos parlamentares. O histórico⁵³ dos EUA de dominação de nações estrangeiras com o subterfúgio do comunismo também poderia ser uma tese a se levantar, quando são avaliadas as palavras de Lincoln Gordon e os interesses dos EUA no Brasil, como apresentou o deputado Federal Neiva Moreira do PSP:

O nosso comunismo, Srs. Deputados, consiste em não concordarmos com que o café brasileiro valha menos nos Estados Unidos do que vale na nossa desvalorizada moeda; que, enquanto aumentam constantemente os preços dos produtos de exportação para o nosso país, reduzem as tarifas do preço do café para poderem estrangular o nosso país, na balança cambial brasileira. (MOREIRA, 1963, p. 702).

Os eventos de 1959 em Cuba⁵⁴, aliados com a crise dos mísseis em 1962⁵⁵, contribuíram para a intensificação de ações dos EUA, na busca pelo combate ao comunismo em sua zona de influência. O Brasil, nesse cenário, mostrava-se contrário a esse alinhamento dependente de

⁵³ Ver. LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 159-179.

⁵⁴ Ver. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

⁵⁵ Ver. BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do Século XX (1945-1973): O mundo entre a guerra e a paz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 267. V. 2.

política externa. No final de outubro de 1962, o presidente, junto do primeiro-ministro, Hermes Lima, recebeu no Palácio Laranjeiras a visita do Embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, e do adido militar no Brasil, Werner Walters. O diplomata americano trazia com ele uma carta do presidente Kennedy direcionada a todos os presidentes do continente americano. O conteúdo do documento era um pedido de ação conjunta contra as medidas tomadas pela URSS na crise em Cuba. O pedido contrariava a política externa brasileira e o modo de ação de Goulart, que buscava a ponderação e uma posição em defesa da paz:

O presidente do Brasil, como em oportunidades anteriores, portanto, sem mudar, ao menos publicamente, o teor de suas palavras, expressava o compromisso da Política Externa Independente com a preservação da paz. Ia mais longe: afirmava ser esse o compromisso de seu governo e da opinião pública brasileira. (DOMINGOS, 2017, p. 363).

A postura de Goulart na defesa dos princípios de uma não intervenção e independência da política externa nacional contrariou o pedido de Kennedy. A posição seguida por Goulart desestabilizou⁵⁶ as relações entre os dois líderes provocando uma distensão política na boa convivência entre os países. As acusações feitas por Lincoln Gordon evidenciavam a opinião do governo americano sobre o governo de Goulart. Essas ações colocavam o governo brasileiro contra a parede, pois o conteúdo apresentado pelo jornal poderia dificultar o acesso aos recursos do FMI, que o governo brasileiro buscava:

Supôs-se que os compromissos contraídos por San Tiago Dantas em Washington também tivessem implicações políticas. Durante sua estada naquela capital, propositadamente ou não, a Comissão de Relações Exteriores do Congresso norte-americano deixou que transpirassem para a imprensa trechos de um depoimento do embaixador Gordon sobre o que ele chamava de “forte infiltração comunista” no movimento operário e nas entidades estudantis do Brasil. (BANDEIRA, 2010, p. 212).

O esboço do aprofundamento da crise estava se montando, os efeitos da inflação aumentavam e o remédio sugerido⁵⁷ pelo FMI seria amargo e teria um custo que seria cobrado dos mais vulneráveis, os trabalhadores. Esse cenário fortaleceria a oposição e as conspirações contra o governo que, segundo o Deputado Federal Marco Antônio do PST, já ocorriam:

[...] conforme todos sabemos e já foi confirmado pela alta autoridade do atual governo, o embaixador dos EUA promove reuniões secretas com patentes

⁵⁶ Ver. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O petebista João Goulart diz não para o poderoso JFK. In. BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. **O PTB do Rio Grande do Sul e a Experiência Democrática**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 357-384.

⁵⁷ Ver. FICO, Carlos. **O Grande Irmão da operação brother Sam aos anos de chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 27-30.

militares que se colocaram frontalmente contra a situação existente nas forças armadas” (ANTÔNIO, 1963, p. 703).

As ações da oposição e os efeitos das notícias de Washington, econômicas e políticas, apontavam que o governo não teria vida fácil. A fragmentação das coalizões⁵⁸ pró-governo, os embates entre o presidente e seu partido, além das supostas conspirações que eram feitas contra o governo indicavam dificuldades para a implementação das medidas para contornar o cenário de crise financeira. Se os fatores de obstrução ao trabalho do governo eram coincidências ou não pouco importava naquele momento. Diante das complicações que o governo de João Goulart enfrentava, medidas emergenciais deveriam ser implementadas para que os problemas não aumentassem, pois essa era a tendência, visando à mudança de cenário após a vitória do plebiscito.

O governo estabelecido após o plebiscito completou seu primeiro semestre tendo que lidar com três frentes que atrapalhavam suas investidas nas reformas e medidas para contornar a crise econômica. A primeira, ainda especulativa, mas que gerava incômodo por fortalecer diretamente o discurso da oposição, era a relação apontada entre o governo e o comunismo, visto em discursos como do deputado Flores Soares da UDN:

Como se vê, o atual Govêrno da República, como nenhum outro, está armado legalmente para zelar pelo abastecimento do povo; mas fracassou. Nunca como no atual Govêrno, o povo sofreu mais para alimentar-se. E esta desgraça popular, por força da falta do custo de vida, para mim, constitui o maior agente de subversão. A fome e a carestia de vida constituem o melhor caldo de cultura para o extremismo, especialmente para o comunismo. Já dizia o Presidente Getúlio Vargas que a fome é má conselheira. E acrescentava que não pode existir democracia, de estômago vazio. (SOARES, 1963, p. 4399)

A desconfiança contra o governo havia crescido após as declarações de Lincoln Gordon para o *Washington Post*, pois amplificou os ecos das acusações da oposição contra o governo. Como se não bastassem as acusações feitas pela oposição, que contribuíam para dificultar os arranjos econômicos com os EUA, além de afetar parcela da sociedade que via com inquietação⁵⁹ um potencial governo comunista, ainda havia o segundo e terceiro problemas que tinham relações intrínsecas, pois se entrelaçavam em um enredo de preocupação, que eram as relações de apoio dentro e fora de sua legenda. As tratativas entre PTB e PSD para a formação de uma frente de apoio ao projeto de reforma agrária não encontravam consenso. Isso porque o projeto⁶⁰ do PTB não seguia a linha traçada pelo PSD em sua convenção, na qual foram fixados os limites

⁵⁸ Ver. HIPOLITO, op. cit., p. 257-304.

⁵⁹ Ver. DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado**, ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 229-279.

⁶⁰ Ver. BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 314-316.

para a realização da reforma agrária. O relatório produzido com a Declaração de Brasília⁶¹ indicava que a reforma deveria ser feita por emenda constitucional e desapropriação apenas a latifúndios improdutivos, além de seguir o indicativo constitucional⁶² de indenização em dinheiro pela desapropriação. Todavia, a proposta do PTB era contrária ao projeto do PSD por sugerir o pagamento pelo arrendamento das terras por “títulos da dívida pública”, com regulamentação por lei ordinária (maioria simples).

A divergência gerou desconfiança aos parlamentares do PSD, tendo em vista que o número de cadeiras do PTB havia aumentado e um projeto que tivesse regulamentação por lei ordinária favorecia um partido que tivesse uma grande bancada, como o PTB após as eleições de 1962:

Qualquer projeto que implique modificações sérias na forma de indenização só será considerado pelo PSD se vier embutido em emenda constitucional, pois o quórum qualificado de dois terços é garantia de que o PTB não conseguirá aprovar medidas não apoiadas por boa parte da Câmara. Em outras palavras, o PTB terá que negociar a aprovação de seus projetos, e qualquer negociação passa necessariamente pelo PSD. (HIPOLITO, 2012, p. 275)

O apoio do PSD era minado pelas ações do governo, quando indicavam ações individuais que favorecessem sua legenda, ainda mais se fossem ligadas à linha política de Leonel Brizola, a mais radical dentro do PTB. As declarações do líder petebista incentivam um levante popular para a votação das reformas de base e a tolerância de Goulart com essas atitudes provocou o afastamento gradativo de seus antigos aliados, produzindo uma reconfiguração de apoios, “[...] assustado, o PSD tende a aliar-se à UDN, com o objetivo de levantar uma sólida barreira parlamentar contra as iniciativas reformistas” (HIPOLLITO, 2012, p. 285). E se não bastasse a perda de apoio externo, internamente a ala radical do PTB não via com bons olhos as ações de Goulart na condução política, por receio que mudanças constitucionais fossem aprovadas e o presidente realizasse um golpe em seus aliados:

Jango era tido geralmente pela esquerda e pela direita como incapaz de governar. E essa crença ainda mais generalizada se tornou quando, tendo Jango mudado seu governo em junho de 1963, muitos acharam que o próprio presidente perdera a esperança nos processos constitucionais. Essa opinião era comum não entre seus adversários de longa data, no seio da direita, que conspiravam preparando um golpe, mas também entre os nacionalistas radicais da esquerda. Brizola temia que a reforma ministerial de junho pudesse ser o prelúdio de

⁶¹ Documento aprovada pela IX Convenção Nacional do Partido Social Democrático, realizada de 15 a 17 de março de 1962. Ver anexo 4. HIPOLITO, op. cit., p. 343-352.

⁶² Art. 141, parágrafo 16, da Constituição de 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 05 jan. 2021.

uma tentativa de Jango para permanecer no poder depois de expirar o seu mandato legal. (SKIDMORE, 1982, p. 311).

O andamento dos eventos que produziram o cenário do primeiro semestre de 1963 desenhava um caminho tortuoso para o presidente. O perfil comedido de Goulart não se encaixava a turva paisagem que estava a sua frente. A transferência de apoio do seu partido para Leonel Brizola enfraquecia sua base política e a tolerância do presidente com seu cunhado minava seu apoio parlamentar vindo de outras legendas. A falta de apoio dificultava a implementação de suas medidas, promovendo o aumento de pressões populares e de parlamentares. A crise inflacionária, as especulações conspiratórias e a perda de apoio fora e dentro de seu partido indicavam que haveria dificuldades para modificar o cenário de confusão que se desenhou a sua frente.

O sistema presidencialista retornou ao regime político nacional com um peso maior do que quando saiu e os fragmentos dos poderes pulverizados produziam a impressão de que não poderiam ser unificados novamente. João Goulart se encontrava em uma encruzilhada que não o permitia olhar para os lados. Seguir em frente era o único caminho.

2.3 GOULART E A FRONTEIRA DA TENSÃO

A narrativa que sustentava a retomada dos poderes do executivo como fator que impulsionaria mudanças ao governo, no gerenciamento dos impasses políticos e econômicos que assombravam o país, não apresentava ressonância aos anseios populares e, muito menos, aos anseios de políticos que, em um primeiro momento, apontavam que o fim do parlamentarismo e a retomada do presidencialismo seriam a solução dos problemas que acometiam o país.

A vitória do PTB e João Goulart, no plebiscito de janeiro, não amenizou os problemas do governo. O suspiro inicial do plebiscito poderia ter dado a falsa impressão de que as coisas poderiam andar, mas não foram assim que se apresentaram. Se o primeiro semestre do governo de Goulart, com o sistema presidencialista em vigor, apresentou um cenário de incertezas e aprofundamento do conflito político, no segundo não foi diferente. O debate em torno das reformas de base e, principalmente, em torno da reforma agrária ganhava novos episódios a cada discussão dos parlamentares, como nas palavras do deputado Simão da Cunha da UDN:

O Sr. João Goulart, nobre Deputado Petrônio Fernal, não quer reforma agrária alguma; o que ele pretende é, apenas, a permanência do tema como recurso eleitoral. Nós, sim, queremos de fato a reforma agrária e, para isso, daremos até uma outra Constituição este o procedimento do grupo de vanguarda. Entretanto, o Sr. João Goulart, com seu projeto enviado a esta Casa anti-regimentalmente – e endossado pelo Partido Trabalhista Brasileiro ou por alguns elementos do Partido Trabalhista Brasileiro – o que fez foi inquietar a Nação, foi trazer um marasmo à agricultura do Brasil. S. Ex^a diz que quer pegar o

passarinho, mas vai fazendo: chô, chô! Essa a posição deste governo. Conforme já acentuei, 72% dos pequenos e médios proprietários daquele total de 2 milhões e 69mil, estariam ao nosso lado, para uma reforma humana democrática e cristã. Mas, hoje, com êsse projeto, com a agitação do cunhado do Presidente com o dinheiro derramado nas televisões e nas rádios, qualquer homem que tem um palmo de terra coloca-se contra aqueles que devem ser realmente alvo da nossa luta. (CUNHA, 1963, p. 5095)

A incompatibilidade entre os projetos que buscavam desenhar um modelo de Reforma Agrária e o impasse criado por Leonel Brizola, na radicalização do discurso para aprovação das reformas, dificultava o governo de Goulart e aumentava a pressão que vinha da oposição, vistas em manifestações no Congresso como do deputado da UDN Adolpho Oliveira:

Estou acompanhando com o maior interesse o pronunciamento brilhante de V. Ex^a, desejava lembrar que a responsabilidade do Poder Executivo, no Brasil, é tanto maior quando todos sabemos que dentro do nosso sistema, ele constitui uma espécie de ditadura a prazo fixo. Veja V. Ex^a que, quando se trata de cercear liberdades individuais, quando se trata de cercear a liberdade de imprensa, quando se trata de organizar códigos estapafúrdios de televisão e de rádio, não há qualquer preocupação quanto à constituição e quanto às leis. No entanto, dentro da Constituição e dentro das leis muita coisa já poderia ter sido feita no sentido da reforma agrária. Mas, por incapacidade total, esta máquina está flagelando o Brasil há tantos anos, e nada realizou como V. Ex^a muito bem acentuou dessa tribuna. (OLIVEIRA, 1963, p. 5095).

O tema da reforma agrária e a retomada do presidencialismo apresentavam um cenário de conflito. O projeto apresentado por Goulart e o PTB, que contrariava os posicionamentos da UDN e PSD, é visto como produto demagógico pela oposição, pois sua viabilidade passa por uma reforma constitucional que, na visão da oposição, é a porta de entrada de uma ditadura no país.

João Goulart é constantemente subvalorizado como chefe do executivo, devido às “responsabilidades” que cabem a seu cargo, que são constantemente sobrevalorizadas. Essa situação é, no mínimo, curiosa, pois a exceção no cenário de governo foi o regime parlamentarista, e não o presidencialismo. Nesse sentido, o presidente, no exercício pleno de seus direitos políticos, adquiridos por meio do voto, retoma suas prerrogativas com um peso simbólico maior. A dimensão política do seu cargo é ampliada, e essa composição beneficiava as manobras da oposição, pois favorecia o discurso que aponta os “responsáveis” pelo cenário de crise, que é direcionado ao chefe do executivo. Este último, na concepção que é dada, seria um tipo de presidente autoritário e irresponsável: um ditador.

O quadro político de crise, devido aos impasses na condução das medidas que pudessem amenizar os problemas econômicos e políticos,⁶³ foi agravado com a deflagração de uma revolta

⁶³ Reforma Agrária e Plano Trienal.

desencadeada pelos sargentos, em setembro de 1963. A revolta contou com a ação de em torno de 600 militares de baixa patente que iniciaram na capital federal uma revolta armada, onde se apoderaram dos prédios do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), do Ministério da Marinha, além de algumas rádios. A revolta teve como motivação a decisão do Superior Tribunal Federal (STF), reiterando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que considerou nulos os mandatos conquistados por sargentos nas eleições de parlamentares de 1962⁶⁴. Os amotinados não tiveram muitas adesões e o desfecho da revolta foi breve, pois as forças do exército foram ágeis em sufocar suas ações. Entretanto, mesmo com a ação rápida do governo em sufocar a revolta dos sargentos, o executivo foi apontado como responsável pela insurreição. A oposição valorizou as ações dos revoltosos para debelar acusações de ingerência contra o presidente. Esses apontamentos podem ser vistos na manifestação do deputado Flores Soares da UDN:

[...] tenhamos a coragem de dizer a verdade nesta hora tão grave – o responsável maior por tudo isto – pelas greves, pelos motins, pela desordem, pela revolução que já tomou conta dos espíritos: pela revolução que já está tomando conta de alguns quartéis: pela revolução que já está nas ruas – o maior responsável, pela pregação subversiva, pela pregação deletéria; o maior responsável, como inspirador, e insuflador de órgãos de desagregação social foi justamente o senhor João Goulart, Presidente da república, Vice-Presidente em exercício da Presidência, que assumiu pela declinada renúncia do preclaro Sr. Presidente Jânio Quadros. (SOARES, 1963, p. 6623).

O discurso que supervalorizava o presidencialismo ganhou um novo fôlego com a ação dos sargentos, pois atribuía o momento de crise como consequência do presidencialismo, ou mesmo, da retomada do presidencialismo com João Goulart.

Os apontamentos feitos pela oposição sobre a ingerência de Goulart na condução política fortaleciam os rumores de comunização do seu governo, que vinham constantemente sendo ventilados pela oposição. Esta apontava a infiltração de comunistas no executivo. A revolta dos sargentos ressoou no parlamento o discurso anticomunista⁶⁵, que colocava Goulart no centro das acusações. Flores Soares foi um desses parlamentares que se manifestou após a ação dos sargentos: “Os comunistas estão no Governo, os comunistas estão no Sindicato, os comunistas estão no CGT, os comunistas estão infiltrados no Governo...” (SOARES, 1963, p. 6625). O cenário não favorecia as pretensões do presidente e, muito menos, as medidas escolhidas para amenizar o cenário de crise econômica.

⁶⁴ Eleições Gerais que ocorreram em 07/10/1962. O último pleito antes do regime militar.

⁶⁵ Ver. **Diários do Congresso**, 14 set. 1963, p. 6623-6625. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14SET1963.pdf#page=>> . Acesso em: 02 set. 2020.

O Plano Trienal demandava ajustes fiscais que visavam a políticas de austeridade para sua eficácia, além de empréstimos junto aos Estados Unidos, que estavam sendo negociados desde março, na época por San Tiago Dantas⁶⁶, mas que foram dificultados pelos resultados econômicos no país, pois não conseguiam alcançar as metas estabelecidas de inflação:

As principais metas anunciadas no Plano Trienal foram, em resumo: (a) crescimento de 7% ao ano; (b) redução gradual da taxa de inflação a um nível de 25% em 1963, chegando a um nível de 10% em 1965; (c) renegociação da dívida externa; (d) introdução da reforma agrária, visando a justiça social, ampliação do mercado interno e racionalização da produção agrícola; (e) elevação dos salários reais em proporção ao aumento de produtividade. O Plano foi, como se sabe, abandonado alguns meses depois de seu anúncio. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 415).

O aumento de produtos essenciais, como o trigo e a gasolina enfraquecia a posição do governo em ajustar as metas estabelecidas. Além disso, o quadro político de crise e conspiração⁶⁷ contra o governo dificultava a ação de João Goulart na aquisição de recursos financeiros juntos com os Estados Unidos.

O cenário de tensão, ampliado pela revolta dos sargentos, também afetava as tratativas em torno da reforma agrária. O impasse do governo com o PSD no entendimento para uma proposta pela reforma agrária ficava cada vez mais difícil. O PTB e o presidente não concordavam com a proposta do PSD, em pagar as restituições em dinheiro, enquanto o PSD não concordava em aceitar modificações constitucionais e o pagamento das restituições por títulos da dívida pública. Esse cenário evidenciava o distanciamento do PSD com o PTB, isolando o partido do presidente e sua composição de governo, como visto nas considerações do deputado Ulysses Guimarães do PSD:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao ser uma propriedade territorial rural desapropriada, se o pagamento for em dinheiro, não há problema, porque no ato, sub-roga-se o credor hipotecário ou pignoratício; através das testemunhas dos atos públicos efetiva-se a desapropriação com o pagamento e credor recebe em dinheiro o que é seu. Mas, se a desapropriação da propriedade territorial explorada se fizer em títulos, parece-me que não haverá outro meio, outro remédio, outro recurso senão também em títulos pagar ao credor hipotecário a hipoteca ou ao credor pignoratício aquilo que emprestou, justamente para que se plantasse milho, feijão, arroz, tendo como garantia a sagra, ou aquilo que emprestou para que se comprasse o gado, tendo como garantia também o gado. (GUIMARÃES, 1963, p. 6628).

⁶⁶ Deputado Federal PTB. Ministro da Fazenda do Governo de João Goulart entre 24/01/1963 – 20/06/1963. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/130966/biografia> > Acesso em 03 set. 2020.

⁶⁷ BANDEIRA, op. Cit., p. 221-235.

Esse posicionamento coincide, em parte, com o posicionamento da UDN, pois não concordava com as modificações na constituição. E, muito menos, com uma restituição por títulos públicos. O impasse em torno da Emenda Constitucional nº1 de 1963⁶⁸, que visava ao modelo de indenização no caso de desapropriação por interesse social, apresentava o rompimento de ideias entre os grupos políticos que eram necessárias para o sucesso das medidas do governo. A falta de consenso entre PTB e PSD enfraquecia a posição do governo e do presidente, que, para muitos,⁶⁹ usava o discurso da reforma agrária como discurso político para usos eleitorais. Essas investidas agregavam mais peso às escolhas políticas do governo, especialmente, por ter sido a base governista a mais interessada no sucesso de suas medidas.

O conflito político que assombrava João Goulart e repercutia no parlamento ganhou novas proporções após a mensagem do presidente ao congresso sobre uma proposta de implementação do Estado de Sítio, em outubro de 1963. O projeto 1.091⁷⁰, que decretava o estado de sítio no território nacional, reverberou negativamente contra a imagem de João Goulart.

O quadro político do governo já estava desgastado, devido aos impasses gerados pelas medidas do governo na solução dos problemas sociais, e com a mensagem de Estado Sítio ao Congresso ganhou um novo capítulo. As medidas propostas por João Goulart em tentar solucionar a questão agrária e frear a ascensão da inflação não surtiram efeito, tanto pela ausência de consenso parlamentar para votar o projeto de reforma agrária proposto pelo governo, quanto pela tensão política que cercava o presidente e dificultava a pauta da economia em agir na tentativa de alcançar as projeções econômicas que facilitariam as garantias necessárias para aquisição de recursos financeiros⁷¹.

A apresentação do pedido do executivo sobre o estado de sítio ao parlamento apontou uma tentativa de retratação, ou mesmo, de restabelecimento da ordem por uma imposição militar. Esse restabelecimento se apresentava de um modo que buscava corrigir falhas políticas que seriam responsáveis por parte da crise política que o presidente enfrentava. Todavia, a ação unilateral do presidente na tentativa de restabelecer o controle do seu governo se apresentava

⁶⁸ Ver. **Reforma Agrária**: Projetos em tramitação no Senado Federal, projetos de emendas à Constituição, mensagens presidenciais - legislação. Brasília: Senado Federal. 1963, p. 47.

⁶⁹ Ver Discurso Simão da Cunha. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03AGO1963.pdf#page=>>>. Acesso em 05 jan. 2021. p. 5094-5095.

⁷⁰ Projeto do Poder Executivo que decreta o estado de sítio no Território Nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1196787>. Acesso em 05 jan. 2021.

⁷¹ Ver. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 410-415.

como uma solução arriscada, pois poderia alimentar o aumento das conspirações contra o executivo, ainda mais se não tivesse sucesso.

Com isso, para melhor situar as motivações que compeliram o presidente a tomar essa medida, é necessário realizar alguns destaques no documento que foi apresentado aos parlamentares, pelo Ministro da Justiça Abelardo Jurema, para compreender os fatos e motivações que fizeram o executivo e os chefes militares produzirem tal pedido:

Instaurado o regime parlamentarista, não como a resultante de uma aspiração nacional, mas como decorrência dos fatos anormais, que então perturbavam a vida do país, era natural que se mostrasse ele impróprio como instrumento de Governo e que, em consequência, inquietações sucessivas mareassem essa fase da história brasileira, perturbando a administração e agravando crise econômico-social que já nos havia atingido como uma consequência inelutável da inadequação de parte das estruturas jurídico-sociais de nossa pátria. (JUREMA, 1963, p. 7526).

A ação de Goulart em apontar essas questões em um cenário de incertezas na conjunção de alianças políticas, até mesmo com alas do seu partido, replicaria as ações que estava contestando, pois, pela força, estaria buscando uma reparação, com anuência do segmento que tutelou sua posse em 1961:

Levados pela exacerbação da paixão política, meus brasileiros, até mesmo investidos nas responsabilidades de governantes de Estados, passaram a conspirar contra a Nação e a explorar o respeito que consagra aos princípios democráticos e a ordem legal como se fora demonstração de excessiva tolerância do Governo Federal na preservação da estabilidade político-social. Pretendem, certamente atingir o Governo, mas na realidade, o que fazem é desservir ao povo brasileiro, agravando as dificuldades com que luta o país e pondo em iminente perigo a ordem constitucional. (JUREMA, 1963, p. 7526).

Os efeitos da ação do presidente afetariam todos os lados, inclusive o do próprio presidente. Como apontou Carone (1985), “No último dia de setembro divulgam-se trechos de uma entrevista de Carlos Lacerda ao jornal americano *Los Angeles Times*⁷², ‘altamente ofensiva às Forças Armadas e ao Presidente’” (CARONE, 1985, p. 198). A entrevista de Carlos Lacerda ligou o alerta do governo, que ganhou apoio dos militares na tentativa de solucionar os impasses criados pela oposição, mas a alternativa que foi direcionada como solução ia de encontro com as acusações de Carlos Lacerda, que apontava que o exército tinha um “papel de guarda” a Goulart. Nesse sentido, a resposta do presidente, por meio de uma investida militar, confirmaria

⁷² Entrevista dada por Carlos Lacerda a Julian Hartt em 26 de setembro de 1963 no Jornal *Los Angeles Times*. Disponível em: < https://tvcultura.com.br/videos/35022_1964-lacerda-no-la-times.html > Acesso 04 set. 2020.

as palavras de Carlos Lacerda. A indignação de Goulart e da cúpula militar⁷³ contra Lacerda era justificável, pois este havia apresentado o país como uma republiquetá subcolonial. Entretanto, os meios usados pelo presidente se apresentavam, no mínimo, precipitados. As considerações dos militares podem ser interpretadas como um modo de resposta ao pronunciamento de Carlos Lacerda e o posicionamento de Adhemar de Barros⁷⁴, que seguiam o *modus operandi* de Lacerda contra o presidente.

O pedido do governo foi negado pelo Congresso. O presidente inclinou-se a retirar o pedido. No entanto, essa atitude fragilizaria ainda mais suas bases políticas e, conseqüentemente, iria reverberar no Congresso, aumentando a sua rejeição entre os parlamentares. A fala do deputado Ultimo de Carvalho do PSD ilustra esse cenário:

Ora, o de que o país precisa é de um estado de Governo: um estado de Governo que una nação e não a dívida. O que o país reclama é um estado de Governo, forte no sentido cívico do vocábulo. Um governo que imponha a sua autoridade pela austeridade de suas ações e nunca pela autoridade de suas metralhadoras. (CARVALHO, 1963, p. 7544).

O debate foi matéria de discussão entre os parlamentares, que não poupavam críticas às ações de Goulart, como do deputado Elias Carmo do PSD: “Não podemos compreender Senhor presidente, que um Governo, para governar, tenha necessidade de pedir medidas de exceção, que pretenda intervir nos próprios lares, que venha rasgar a nossa constituição” (CARMO, 1963, p. 7544). A mensagem do presidente ao congresso foi interpretada como uma tentativa de tomada de poder, que tinha os chefes militares como pilares para seu sucesso. Essa afirmação é encontrada no discurso do deputado Aliomar Baleeiro da UDN:

O Sr. João Goulart ou o triunvirato nos termos do discurso que proferi a semana passada, porque não sei, neste momento se o Sr. João Goulart já não reina, mas que[m] manda é o triunvirato dos ministros militares e, por aquela velha lei histórica, das três pontas do Triunvirato, há sempre uma que manda mais do que as outras. (BALEIRO, 1963, 7545).

As críticas à proposta de Goulart concentravam-se na oposição. Contudo, também tiveram ressonância nas alas situacionistas, que apoiavam o governo, como do deputado Demisthoclides Batista do PST:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos chegando ao Estado da Guanabara e trazemos a mensagem dos trabalhadores, dos estudantes, dos camponeses, dos intelectuais progressistas e dos democratas desse Estado, no sentido de que esta casa rejeite a proposta do estado de sítio, que contrária, realmente, as

⁷³ Ministros militares. Ver mensagem ao Congresso, p. 7528. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=>. Acesso em: 05 jan. 2021.

⁷⁴ Governador de São Paulo pelo PSP, mandato 1963-1966. Ver. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

liberdades democráticas e se dirige, fatalmente, contra o povo. (BATISTA, 1963, p. 7545).

A proposta de João Goulart sobre o estado de sítio agitou os grupos que viam o presidente aliado a comunistas e a mensagem dada pelo presidente fortaleceu o discurso daqueles que especulavam que ele pretendia realizar um golpe de estado. Essas especulações são vistas em debates de parlamentares da UDN, como na fala do deputado Euripedes Cardoso Menezes: [...] “Derrotado no episódio do sítio, quando pretendia conseguir ter em mãos poderes ditatoriais e implantar, quiçá, a sua tão sonhada república sindicalista, derrotado fragorosamente deve estar agora S. Exa. outra crise” (MENEZES, 1963, p. 7623). A oposição sinalizou e materializou com a mensagem do presidente que o governo pretendia tomar o poder. Esse cenário desidratava a imagem de Goulart e afastava as possibilidades de retomada de suas antigas alianças com o PSD. Isso pode ser visto nas palavras do deputado Adolpho Oliveira:

Acredito que essa manobra do estado de sítio, preparatória da tentativa de um golpe de Estado neste país, de um golpe não apenas contra as liberdades públicas – mas contra o próprio Congresso Nacional e contra o regime democrático que todos nós, Legislativo e Executivo nos comprometemos a respeitar e a fazer cada vez mais respeitado, essa mensagem do Poder Executivo deve ter sido engendrada e forjada pela minoria frenética que rodeia o Presidente da República. (OLIVEIRA, 1963, p. 7628).

Diante desse panorama de desconfianças entre apoiadores e opositores, o presidente e sua cúpula militar deparavam-se com um quadro de tremendo impasse, pois a mensagem de Estado de Sítio ao Congresso demonstrou a vulnerabilidade de Goulart na composição de forças para manutenção da crise. A escolha de enviar a mensagem ao Congresso e a resposta que teve da oposição e de aliados sacramentou um recuo do governo em um posicionamento fundamental na sua ação contra a crise. Se o governo teve a ideia que essa proposta enfraqueceria seus adversários, caso tivesse sucesso, sua declinação os fortalecera. O governo de Goulart sofria pressões desde a posse do presidente e a vitória no plebiscito criou a falsa ideia que o fortalecimento do presidente e do seu partido nas urnas iria arrefecer a crise. Contudo, a ausência de uma composição de alianças, fundamental para o sucesso das medidas propostas pelo governo, dificultava o processo de governança do presidente e de seus ministros.

A resposta que o governo recebeu do Congresso e o recuo que apresentou, após a negativa do mesmo, cederam elementos que endossavam o discurso da oposição: “A tática da oposição é a de acusar todos de serem comunistas, tanto os ministros como as pessoas ligadas ao governo. Pouco importa que haja ou não provas, o fundamento é a acusação” (CARONE, p. 197, 1985). O fogo cruzado provocado pela tentativa de Jango de conseguir uma resolução favorável ao Estado de Sítio amplificou os seus problemas, ainda mais após a solicitação do

presidente ao seu Ministro da Justiça, Aberlado Jurema, para a retirada do pedido. As consequências deste evento resultaram na perda de capital político de Goulart.

Saiu todo mundo, deste episódio, muito descapitalizado. O Governo perdera autoridade e até a confiança das massas. E, ao que parece, o recuo, longe de significar o retraimento do Governo para revisão e fortalecimento de suas forças, despertou maior entusiasmo nas forças conspiratórias que logo verificaram que o dispositivo militar do Presidente era mais para a defensiva, para a sustentação legal, do que para a ofensiva. (JUREMA, p. 131, 1964).

Os desdobramentos dos acontecimentos desencadearam fragilidades e insegurança nos cargos ministeriais e saídas de comandos militares, como as saídas dos Generais Osmino Ferreira Alves⁷⁵ e Pery Bevilacqua⁷⁶, que foram baixas importantes no alicerce militar que sustentava a imagem do governo junto dos militares. O presidente se via isolado entre os dois lados de tensão: a direita e a esquerda.

O ano de 1963 estava chegando ao seu fim, porém, diferente de como havia começado, a credibilidade do presidente perdia força a cada dia, e os últimos eventos relacionados ao comunicado de Estado de Sítio ao Congresso enfraqueceram ainda mais a base do governo. A CPI do IBAD⁷⁷, que tinha como objetivo analisar o possível financiamento de instituições estrangeiras a parlamentares nas eleições de 1962, teve como resultado a descoberta de uma rede de financiamento político, que pretendia combater a suposta infiltração comunista no país. A CPI, constituída por uma comissão parlamentar, que teve como presidente o deputado Ulysses Guimarães⁷⁸, ouviu depoimentos e apurou o envolvimento de empresas multinacionais como a Coca-Cola, IBM, Bayer, dentre outras. O caso teve repercussão no meio pelos depoimentos de parlamentares como Amaral Neto da UDN e das suas acusações⁷⁹, assim como pela importância que tal fato teria no cenário político nacional. No entanto, a descoberta do financiamento de parlamentares conservadores para a desestabilização do governo não ecoou como algo tão escandaloso; pelo contrário, foi considerado um ato que compusera o repertório do presidente em tentar tomar o poder e combater aqueles que eram contrários a tais atos, como apontado pelo deputado Raul Gois da UDN:

⁷⁵ Comandante do I Exército (1961-1964), situado no Rio de Janeiro.

⁷⁶ Comandante do II Exército (1962-1963), situado em São Paulo.

⁷⁷ Ver. Rádio Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270928-1963-e-constituída-cpi-para-apurar-candidatos-que-teriam-recebido-financiamento-do-ibad-e-ipês-07-00/>. Acesso em 05 jan. 2021.

⁷⁸ Deputado Federal PSD.

⁷⁹ Defesa que o deputado Federal da UDN fez ao IBAD. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270928-1963-e-constituída-cpi-para-apurar-candidatos-que-teriam-recebido-financiamento-do-ibad-e-ipês-07-00/>. Acesso em 08 set. 2020.

Não é possível que a única CPI a lograr resultados positivos seja a que investigou o crime do IBAD. Crime, aliás, punido com estranha severidade pelo Sr. Presidente da República. E que crime foi esse? O de arrecadar contribuições de particulares para ajudar candidaturas democráticas, e contrabalancear a propaganda das esquerdas, dos inimigos da Democracia, propaganda esta financiada, ao que se afirmar, com dinheiros fáceis, sem marca de origem, de natureza inflacionária. (GOIS, p. 8608, 1963).

Se a perda de prestígio do governo não fosse um problema que deveria ser contornado pelo presidente e os seus aliados, o debate sobre as questões que envolviam o modo de ressarcimento as possíveis desapropriações de terras das propostas que cercavam a possibilidade de implementação e votação de um projeto da Reforma Agrária era discutido por parlamentares, que buscavam um entendimento na forma de pagamento. A discussão, como a apresentada nos Diários do Congresso de 13/11/1963⁸⁰, entre os parlamentares Vieira de Melo⁸¹ e Aliomar Baleeiro⁸², externalizava o posicionamento que se formava contrário à proposta do presidente. O PSD e a UDN alinhavam-se na resolução sobre os meios viáveis para a composição de uma proposta sobre a reforma agrária. Porém, essa união era contrária à posição do governo que buscava uma modalidade de pagamento diferente da discutida por esses parlamentares. Essa divergência promovia a distensão e o afastamento de Goulart de seus antigos aliados. As polêmicas que cercavam seu governo minavam suas forças diante da composição e renovação de força política na aproximação de parlamentares e composições partidárias.

Em paralelo ao quadro de crise política, as movimentações para as candidaturas à presidência para 1965 já começavam a se agitar. Em novembro de 1963 Carlos Lacerda já começava a trabalhar em prol da criação de sua campanha, como na visita que fez no mesmo mês à Bahia, já se apresentando como candidato. As incertezas em torno do governo promoviam candidatos que se colocavam contrários ao presidente, principalmente, quando o mesmo era apontado como o culpado pelas oscilações econômicas pelas quais o país estava passando. Sendo assim, atribuir os problemas do país ao presidente, a sua composição partidária e as esquerdas poderia favorecer os candidatos que almejassem alcançar posições no meio político ou apoio parlamentar. Esse caminho minaria a aceitação que o presidente apresentava nas ruas, segundo apontou Lavareda (1991), João Goulart tinha índices favoráveis de popularidade. Em 1963, o presidente era considerado ótimo e bom para 35% dos entrevistados e 41% como regular, enquanto apenas 19% o consideravam péssimo.

⁸⁰Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13NOV1963.pdf#page=> Acesso em: 10 set. 2020.

⁸¹ Deputado Federal PSD.

⁸² Deputado Federal UDN.

No final de novembro de 1963 saiu uma entrevista do presidente na revista *Manchete*⁸³. Nessa entrevista, o presidente apresentou a sua filosofia política à frente do executivo, falou sobre as reformas de base, detalhando cada reforma e pontuou o programa e a necessidade de cada uma delas. Também tocou no assunto referente aos problemas econômicos e sociais que afetavam o país, além da crise política que afetava seu governo. A entrevista apresentou a visão política de João Goulart e o seu posicionamento com relação à implementação e necessidade de aprovação das reformas de base. A entrevista pode ser vista como uma forma de arrefecer o clima de tensão que envolvia o governo, devido aos últimos acontecimentos, uma tentativa de melhorar a credibilidade do presidente diante da opinião pública, mas, se foi realmente essa a intenção do governo, a tentativa não provocou as consequências que esperavam. A entrevista de Goulart foi tema de discussão da oposição no Congresso, onde diversas críticas à figura de João Goulart foram vociferadas, devido ao seu diagnóstico sobre o cenário político do país. O deputado Anísio da Rocha do PSD foi um que se manifestou contrário às palavras de Goulart na entrevista:

As declarações do primeiro mandatário do País, prestadas à revista “*Manchete*”, definem a índole do conspirador que vive a expectativa do golpe, por já ter se declarado incompatível com as normas democráticas vigentes. O presidente da República em detrimento da própria majestade do cargo, torna-se uma ave de mau agouro e dispõe-se mesmo a assustar a família brasileira. (ROCHA, p. 9096, 1963).

Mesmo João Goulart apresentando sua posição diante da crise, divulgando dados, números e análises que corroboravam com seus argumentos durante a entrevista, seu discurso não foi bem aceito por parte dos parlamentares, especialmente quando tocou no tema da inflação e dos problemas sociais. Isso pode ser visto no discurso do deputado Dirceu Cardoso do PSD:

E, se estamos vendo a Nação ler uma entrevista, como essa, sem um movimento, se estamos vendo o nosso partido [insistir] de braços cruzados, a essa passagem, a essa mudança de legenda não é porque há desfibramento nacional. E mais grave, é a desclassificação da nação. E isso que o presidente diz: é a dessossificação do nosso país, que não tem mais possibilidade de reagir e que não reagirá mais, e o Sr. Presidente da República diz nestas palavras, que vai fechar esta Câmara no primeiro instante e que nos vai mandar passear. Ele é o golpista maior. (CARDOSO, p. 9097, 1963).

Após o episódio, a bancada do PSD de Goiás manifestou sua indignação contra o presidente, tanto pela entrevista, quanto pela situação que envolveu parlamentares de sua legenda

⁸³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pasta=312091;&pagfis=53652> Acesso em: 10 set. 2020.

que mudaram de partido. Essa crise selou o rompimento da bancada com o presidente, como visto nas palavras de Benedito Vaz:

Sr. Presidente não daremos a reforma constitucional ao Sr. João Goulart, porque ele não nos merece confiança, por que o Presidente da República, como já foi dito é uma ilha de incompetência, de incapacidade, cercado de comunistas por todos os lados.”(VAZ, 1963, p. 9098).

O histórico de ações que envolveram o governo, no primeiro e segundo semestres de 1963, acentuaram a tensão, principalmente a imagem do presidente. O início esperançoso, devido às vitórias eleitorais do PTB, em 1962, além da vitória do plebiscito pelo presidente indicavam que as coisas poderiam fluir de maneira menos conflituosa, porém o cenário não se apresentou assim.

O declínio da credibilidade de João Goulart diante do Congresso e diante do seu partido foi um processo cheio de percalços que marcou o ano de 1963. A tentativa do presidente de implementar as reformas de base, inicialmente, por meio do sucesso das medidas saneadoras que havia imaginado para solucionar os impasses econômicos e sociais não teve sucesso. O impasse em torno da proposta para reforma agrária promovia a discussão entre parlamentares, na tentativa de criar uma alternativa que não alterasse a constituição. Esse impasse era desfavorável ao Executivo, pois, para alcançar as expectativas de uma ampla reforma, o texto constitucional deveria ser alterado. No entanto, por esse caminho o governo não estava tendo êxito.

O Plano Trienal não conseguiu decolar. Primeiro, por questões internas, que envolviam as dificuldades de implementar um programa que tinha como natureza o uso da austeridade para controlar os elevados índices de inflação. Segundo, pela dificuldade e dependência de empréstimos estrangeiros para a sua manutenção, que, aliados à crise política e ao uso político do discurso pela oposição criavam um cenário de conflito entre o governo e as composições partidárias de oposição e situação. O clima de tensão em torno do presidente ressoava para a política externa e, conseqüentemente, criava um alerta, ou mesmo um gatilho a nações que não toleravam a formação de composições partidárias que se envolviam com agremiações ou grupos de esquerda. Além disso, o discurso apresentado por uma ala do partido do presidente e a maneira que o mesmo lidava com esses discursos alimentavam a ação da oposição na condução das práticas que visavam manchar a credibilidade do governo diante do povo e de nações estrangeiras. E, assim, atrapalhavam as iniciativas do executivo em solucionar os impasses na economia.

As discussões criadas nesse cenário de crise política superdimensionavam o poder do presidente e suas responsabilidades diante do executivo. Esse quadro dificultava a ação de

Goulart em suas tentativas de amenizar o quadro de desordem econômica. O mínimo de ações do governo que alterassem o quadro social ou econômico era atacado pela oposição que ampliava o problema e, assim, comprometia qualquer possibilidade de sucesso do governo. A conspiração que ventilava constantemente o nome do presidente junto de planos golpistas e a movimentos comunistas alimentava o discurso da oposição, que, de tanto insistir nesse tema, criava tensões constantes no governo.

A tentativa de sufocar a onda conflituosa contra seu governo e, assim, tentar demonstrar a possibilidade de efetivação das medidas propostas para sanar os problemas no contexto nacional, por meio de uma proposta de Estado de Sítio, que não tinha apoio direto de seu partido ou de aliados, mas que se apresentou como uma decisão tomada entre os líderes militares e o presidente, provocou um impasse que enfraqueceu ainda mais sua credibilidade diante dos parlamentares. Essa ação fortaleceu a oposição, pois os discursos que se apresentavam fantasiosos e intrigas da oposição ganharam vida e tornavam-se uma possibilidade.

O governo gerou um impasse entre oposição e situação. Não havia espaço para ações unilaterais do presidente, que, ou desistia de suas ações e buscava retomar as antigas alianças, conseqüentemente, cedendo espaço para modificações de suas propostas, como a reforma agrária, para assim conseguir um consenso, ou se aliava definitivamente ao discurso dos radicais do seu partido, como Leonel Brizola e pressionava o Congresso para a votação das reformas de base. Em suma, era se render às esquerdas ou retroceder em seu projeto.

CAP. 3. POR GOULART, MAS NÃO FOI O GOULART?

A instabilidade política que rondava o governo, gerada, em parte, pela insatisfação de parlamentares e setores militares demandava ações do executivo para modificar o cenário de tensão que rondava o presidente. Essas ações passavam pelas medidas escolhidas pelo governo para amenizar os índices de inflação e pela aprovação das reformas de base. Em dezembro de 1963, Jango se dispôs a enfrentar o cenário de desconfiança projetado pela oposição para deslegitimar seu discurso reformista e levou adiante suas propostas. Com a falta de apoio, usou os recursos a que tinha acesso para realizar as reformas que pudessem ser implementadas sem o aval do Congresso. Essas ações fortaleciam as críticas ao governo, como na fala do deputado Olavo Costa do PSD:

Este nosso Presidente continua com o seu sistema de confusão, de mistificação, esta embrulhada que acende uma vela a Deus e outra ao Diabo, trazendo a Nação sobressaltada; perdeu a família brasileira a tranquilidade, as confusões já não são mais semanais, são diárias. Portanto, fica aqui, mais uma vez, o meu protesto. Que S. Ex^a cuide da administração, desse alto custo de vida que já vai a cem por cento por ano, até a mais, calculo eu agora. Fica aqui o meu protesto. Que S. Ex^a tome juízo! (COSTA, 1963, p. 9748).

A insistência de Goulart para retomar as rédeas do seu governo, através de suas investidas, se mostravam contraditórias. A cada cartada utilizada para tentar mitigar os resultados negativos e mudar o quadro de perda de credibilidade, o cenário não se modificava, pelo contrário, a crise ganhava ainda mais profundidade.

A proposta apresentada a João Goulart pelo presidente da Superintendência de Política Agrária (SUPRA⁸⁴), João Pinheiro Neto, favoreceu as pretensões de Jango. O plano que desapropriava áreas rurais que ladeavam os eixos rodoviários federais, leitos de ferrovias e terras beneficiadas ou recuperadas com recursos exclusivos da união tornava a preocupação da oposição dor de cabeça, por viabilizar a possibilidade de criação de uma política agrária que não dependeria da mediação do Congresso.

A reivindicação do governo ao direito de desapropriá-las poderia realizar mudanças no setor agrário sem o aval do Congresso ou recursos a emendas constitucionais, por meio de decretos do executivo: “O Decreto SUPRA era parte de uma nova ofensiva do Executivo na política agrária. Essa ofensiva se baseava em medidas que não exigiam ação legislativa para serem implementadas” (FIGUEIREDO, 1993, p. 139). A ação proporcionava fôlego a João Goulart diante de seus apoiadores. O caminho seguido pelo Executivo mostrava-se uma alternativa

⁸⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 nov. 2020.

política com o uso do apoio social perante os fracassos relacionados ao Plano Trienal e as tentativas de implementação de um amplo projeto de reforma agrária.

Em uma tentativa de mudar o quadro desfavorável, o presidente assinou, em janeiro de 1964, a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, aprovada em setembro de 1962. A lei era uma demanda das esquerdas e dos trabalhadores, porém afetava os interesses estrangeiros, principalmente de investidores norte-americanos. A não aprovação da Lei era uma das solicitações do Estado Americano para a concessão e apoio de recursos financeiros para o país. No entanto, a atitude em regulamentar a lei agravaria a crise com os EUA. A postura do governo nessa medida demonstrava um sinal de força nas iniciativas do presidente, na busca de sua autonomia junto ao Congresso, mas sua situação diante de sua composição de apoio ficaria ainda mais difícil de controlar:

O que Kennedy tratou foi de manter condições de segurança e rentabilidade para os investimentos privados norte-americanos, diante dos quais todo o intuito de favorecer reformas econômicas e sociais se desvaneceram. E, em tais circunstâncias, nada politicamente novo pode oferecer a Goulart, exceto exigir que ele rompesse as relações do Brasil com Cuba, apoiasse a intervenção para derrubar o regime de Fidel Castro, reprimisse no Brasil tanto os comunistas quanto os demais elementos de esquerda, sobretudo nos sindicatos aplicasse rigoroso plano de estabilização monetária e indenizasse a ITT e a American & Foreign Power (AMFORP), e não aplicasse a lei que limitaria as remessas de lucros para o exterior. Este, o contencioso, que levou os Estados Unidos a promoverem a desestabilização e a subversão da democracia no Brasil. (BANDEIRA, 2010, p. 271).

A viagem feita por San Tiago Dantas, em março de 1963, para os EUA, na tentativa de conseguir recursos para o Plano Trienal, não teve sucesso. O posicionamento de João Goulart nas frentes parlamentares de esquerda incomodava o presidente Kennedy, que, naquele momento, manifestava pouca vontade em ajudar o Brasil, e, com a regulamentação desta lei, o cenário tenderia a piorar. Como apontou Skidmore (1994): “[...] o centro e os conservadores, por outro lado, juntamente com credores estrangeiros do Brasil, viam apenas Jango cedendo à pressão da esquerda” (SKIDMORE, 1994, p. 331). O cenário de tensão entre situação e a oposição, interna e externa, se aprofundava a cada ação do presidente.

O quadro de instabilidade política endossado pela retórica golpista vinda do Congresso ganhou visibilidade nos jornais e periódicos de grande circulação. As acusações e comentários feitos a João Goulart fortaleciam o discurso da oposição, especialmente aquele que associava o Jango ao comunismo, como visto nas palavras do Deputado Federal Flores Soares da UDN:

Sr. Presidente, não podemos mais esconder através de palavras que o vento leva, de palavras ocas este clima que intranquiliza a nação. Aliás, se V. Exa. compulsar, como estou seguro que o faz no dia-a-dia os jornais mais

respeitáveis e mais conceituados de todo o Brasil como “O Globo”, o “Jornal do Brasil”, da antiga Capital do grande órgão de imprensa sul-americana que é “O Estado de São Paulo” e o grande jornal da minha terra, “Correio do Povo”, V. Exa, lerá manchetes, nos editoriais e noticiários denúncias de tramas revolucionárias. Ontem um antigo Deputado com assento nesta casa, figura eminente a todos os títulos, o Sr. Mário Martins escrevia no seu artigo que somente os inconscientes não estão a temer pela sorte da Pátria, em uma antevéspera de pânico que já vai no espírito do cidadão das ruas nos trabalhos e nos lares. (SOARES, p. 314, 1964).

Esses comentários demonstravam um cenário de insegurança. A tentativa do Estado de Sítio na mensagem enviada ao Congresso refletiu negativamente na casa. No final de 1963, os setores “[...] conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista no meio da sociedade” (MOTTA, 2000, p. 318).

3.1 O GOVERNO DO GOLPE

As acusações feitas pela oposição sobre um golpe de estado que estaria em marcha eram recorrentes. Os parlamentares contrários a Goulart reforçavam o tom no qual o presidente estava em vias de modificar o cenário por uma ação autoritária. O tema ganhou espaço entre os parlamentares e gerou debates no Congresso. O deputado Abel Rafael do PSD representou o tom das acusações:

O que se quer é isto: reformar. O que é necessário à Nação são as reformas de base. Por isso o Sr. Presidente da República não se cansa de, em todos os seus pronunciamentos, exigir que este Congresso só conceda as reformas indispensáveis. Se não vierem essas reformas, Senhor Presidente, teremos de fazê-las de outra forma, talvez pela revolução. (RAFAEL, p. 217, 1964).

As incertezas provocadas pelo quadro de tensão aumentavam a contrariedade entre os parlamentares. O fantasma do comunismo assombrava o Congresso, provocando a criação de uma falsa imagem sobre o presidente e o governo, e uma ilusão sobre o golpe, como apontado pelo deputado Guerreiro Ramos do PTB:

É certo que alguém pode desligar uma chave e impedir que a eletricidade seja distribuída num parque manufatureiro como o de São Paulo ou da Guanabara. Podemos paralisar uma refinaria e num momento estancar-se a movimentação dos veículos de transporte. Mas o golpe, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não consiste apenas na operação da logística o sim está sujeito a leis sociais, a leis sociológicas, sem a convivência das quais esta operação de logística é vã e fortuita. E é neste sentido, Sr. Presidente, que posso dizer que, fazendo-se o balanço dos fatores da vida brasileira, hoje, no Brasil, podemos chegar à certeza científica da impossibilidade de que venha a vingar uma operação logística bem sucedida de golpe, porque faltam as condições sociais. (RAMOS, 1964, p. 315).

A reação de Guerreiro Ramos aponta a ausência de fatores que contribuiriam para ação de um golpe no Brasil, pois não havia apoio social que possibilitasse essas ações. Entretanto, como aponta o deputado Juarez Távora, do PDC, a inexistência de fatores que preconizassem uma revolta política não seria sinônimo de segurança constitucional. A história do país retratava essa afirmação:

Permita, nobre Deputado. Eu gostaria, com a experiência de velho revolucionário que várias vezes tentou endireitar este país pela violência, de depor em favor de sua tese, não como sociólogo, mas como quem aprendeu a sua lição na dura escola da vida. Queria trazer a minha palavra de apoio à sua tese e apelar, não só para os nobres companheiros desta casa, mas para todos os homens de responsabilidade do Brasil, para que decididamente adote o caminho da lei e o caminho da liberdade como instrumento para a realização do progresso social e econômico do país e político, também, ao invés de tentarem caminhos de violência, porque tais caminhos levarão, seguramente, a ditadura e esta não constrói, jamais, uma democracia. (TAVÓRA, 1964, p. 315).

A retórica do golpe presente no Congresso endossava uma verdadeira guerra psicológica nos bastidores do poder. Como apontou Dreifuss (1981), havia um processo de articulação civil que buscava desmoralizar o governo e as esquerdas. A ação desses grupos, organizados em torno de uma “elite orgânica”, articulava o apoio de uma ala militar descontente com o presidente e de parlamentares que faziam parte da oposição. A finalidade dessa coalizão era o enfraquecimento da imagem de Goulart para a opinião pública. A união dessas forças alimentava o cenário de tensão e conspiração contra o Executivo.

As táticas da elite orgânica “[...] objetivavam influenciar decisões políticas através do bloqueio das diretrizes reformistas do governo e daqueles do bloco trabalhista de esquerda no Congresso, fomentando o isolamento do Executivo” (DREIFUSS, 1981, p. 313). A decomposição do apoio ao presidente immobilizava sua ação nas pretensões sobre as reformas de base. Essas medidas enfraqueciam a força política do Executivo no Congresso, tendo como alternativa a busca por mobilização no campo social, como a possibilidade de realização de um plebiscito ou por governar através de decretos. O uso desse tipo de alternativa provocaria o aumento da desconfiança das alas militares e aumentaria as tensões em torno das acusações de golpismo que eram feitas contra o governo.

A articulação que visava desestabilizar o Executivo centrava suas forças em criar associações de João Goulart com células comunistas. Bandeira (2010) situou uma dessas composições entre civis e militares nas denúncias do deputado Olavo Bilac Pinto, presidente da UDN,

e do General Humberto Castelo Branco,⁸⁵ na produção de um cenário que gravitava em torno de uma Guerra Revolucionária que estaria em curso no Brasil:

Tais denúncias sobre o andamento da guerra revolucionária, preparando a opinião pública internacional para a possível intervenção armada dos Estados Unidos no conflito brasileiro, não passaram de pretexto para legitimar as atividades antidemocráticas da UDN civil e militar e impelir a conspiração contra o governo. (BANDEIRA, 2010, p. 299).

O governo era desidratado tanto por parlamentares, quanto por alas militares. A tentativa do Executivo em criar uma alternativa em torno da mobilização popular para formar capital político e permanecer com suas pretensões nas reformas poderia provocar uma distensão social, em uma eventual aproximação do presidente a grupos extraparlamentares trabalhistas. Com isso, desenhava-se um cenário de aliança explícita entre João Goulart e as esquerdas. Essa aproximação tornaria as acusações de golpe, feitas pela oposição e uma parte da mídia, pertinentes, de modo que a situação do Executivo se tornaria ainda mais complicada, pois, mesmo que conseguisse apoio popular em suas iniciativas, poderia estar estimulando a formação de uma oposição ainda mais disseminada em setores da classe média e alas religiosas. A confirmação deste quadro seria uma prova de uma aliança com o comunismo e o gatilho que confirmaria o posicionamento de Jango junto às esquerdas.

A agitação no Congresso contra o governo não impedia o andamento dos trâmites relacionados à sucessão presidencial. Os encontros entre presidentiáveis e o presidente em busca de apoio ocorriam sistematicamente, pois, como o presidente não poderia tentar a reeleição, devido à legislação vigente naquele momento, era natural o seu apoio em algum candidato. Porém, a discussão no Congresso em torno de um possível golpe de Estado ofuscava as tratativas que eram feitas para as eleições de 1965, como visto no comentário de Guerreiro Ramos: “[...] temos perdido muito tempo com essa história de golpe e antigolpe. É necessário que as atenções dos círculos políticos se voltem para o encaminhamento da sucessão presidencial” (RAMOS, 1964, p. 528). A preocupação do deputado tinha sentido, pois o cenário não era favorável ao PTB que perdia apoio parlamentar e via o desenho das eleições em torno de Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda.

A composição partidária entre PSD e PTB não era homogênea suficiente para formar uma aliança naquele momento, ainda mais no cenário em que o PTB se encontrava, que tinha a ala radical, liderada por Brizola, força de influência na condução de tratativas políticas. O

⁸⁵ Chefe do Estado-maior do Exército do Governo João Goulart e, posteriormente, presidente da República no regime militar de 1964. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

esforço de San Tiago Dantas “[...] identificava um processo de radicalização política decorrente do desacordo entre as forças progressistas de centro e de esquerda. Ele previa que esse desacordo ‘esquentaria’ já nos primeiros meses de 1964” (FIGUEIREDO, 1993, p. 144). Segundo o deputado, esse cenário de rompimento entre as duas legendas deveria mudar, mas não foi o que ocorreu.

A tentativa de Dantas visava à formação de uma Frente Única, com o intuito de formalizar uma frente em torno das reformas de base, dentro de um programa que fosse aceitável aos partidos que compusessem a coalizão (PTB, PSD e PCB), mas o conjunto de medidas que foram discutidas para chegarem a um denominador comum era incompatível entre os membros. O PTB deveria reformular as questões que envolviam a proposta de Reforma Agrária e superar a rejeição de lideranças do partido, como Leonel Brizola, que não aceitava uma Frente Única com o PSD. Enquanto isso, o PSD teria que, no mínimo, tolerar as demandas vindas do PTB em discussões em que o partido tinha tensões, como nos textos propostos sobre a Reforma Agrária e a Reforma Constitucional. Além disso, havia a questão que envolvia a legalização do PCB, fator que demandaria um delicado debate, mas que já havia rejeição por parte de parlamentares do PSD.

O cenário fragmentado com a evidente decomposição política entre PTB e PSD abria o caminho para as pretensões dos presidencialistas. A campanha de Carlos Lacerda ganhava impulso, ainda mais em um cenário em que a imagem do governo perdia credibilidade. O isolamento do presidente diante de outras legendas poderia facilitar o acesso do candidato. O evento eleitoral tentou ganhar notoriedade para desviar o foco da crise política: “Abrindo o debate sucessório, os líderes políticos pretendiam desviar as atenções do país para as eleições de 1965, Jango passaria a ser um presidente em final de mandato” (HIPOLITO, 2012, p. 293). Todavia, o tamanho da crise não permitia a mudança de foco, principalmente pela constante atividade do presidente e de seu partido no campo político.

As investidas realizadas pela oposição, com destaque para as feitas por parlamentares da UDN contra o governo, ganhavam força no Congresso pela insistência nas histórias que envolviam questões conspiratórias, além da visibilidade e dimensão dadas aos passos do Executivo. Em meados de fevereiro de 1964, os debates no parlamento concentraram-se em notícias que saíram nos jornais e indicavam um movimento do presidente em torno de uma legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como no discurso do deputado Benedito Vaz do PSD: “[...] os jornais de hoje estão repletos de notícias, em grande destaque, informando que o Presidente da República vai apressar providências no sentido de reconhecer o Partido Comunista do Brasil” (VAZ, 1964, p. 703). A notícia da legalização do PC no Brasil tinha um

superdimensionamento utilizado pela oposição, que moralizava o discurso contrário à legalização do partido, e associava o governo a pretensões golpistas que passavam por estratégias como essa questão.

Assim, Sr. Presidente, tudo aquilo que foi feito pelos Constituintes de 46, quando fora da lei o PCB, está ameaçado de ruir, porque o Presidente da República, que pretendia a reforma da Constituição Federal em várias outras partes, incluiu agora mais essa nova reforma de base da sua ação política. (VAZ, 1964, p. 703).

A inclinação do Executivo na ação que viabilizasse o retorno do PCB ao cenário político regular mexeu com o Congresso. O movimento que buscava promover o partido ao retorno à legalidade não se apresentava como uma articulação que vinculasse interesses golpistas, mas havia pretensões políticas. A legalização do PCB fortaleceria o governo em um momento delicado. O clima de tensão política, pressão econômica e movimentações no cenário de eleição fortaleceram os conspiradores, que atribuiriam qualquer evento contrário a suas pretensões ao chefe do executivo e a sua tentativa de realizar um golpe político.

Diante destas questões, o isolamento do presidente e de suas bases de apoio era necessário e central para o sucesso dos opositores. A possibilidade de autonomia do Executivo em prol de materialização de suas pretensões nas reformas de base seria péssima para aqueles que almejavam chegar ao executivo em campanhas feitas contra o governo. A ação de João Goulart no decreto SUPRA agitou o Congresso e a oposição e o receio de que essas ações fossem repetidas mobilizavam ainda mais os movimentos contrários ao presidente: “Goulart ferira realmente o direito de propriedade, direito este inviolável para o empresariado e os latifundiários” (BANDEIRA, 2010, p. 315). As acusações que eram feitas contra Goulart apontavam uma tentativa de continuísmo através de uma modificação da constituição, e a realização de um novo plebiscito seria a chave para o seu sucesso. Entretanto, a realização deste tipo de coisa não seria aceita facilmente pelo Congresso, e muito menos pelos militares, mas a simples possibilidade contribuía para o aumento da tensão.

A dinâmica da oposição, na busca pela desmoralização do governo, tinha eficácia no Congresso, como visto do discurso do deputado Derville Allegretti do MTR: “É claro que temos culpa dessa situação. Quando do sistema parlamentarista, o Congresso deveria ter encetado ação vigorosa com o objetivo de tomar o comando do processo histórico” (ALLEGRETTI, 1964, p. 817). O movimento parlamentar, que buscava deslegitimar o mandato de João Goulart, por meio de acusações de incapacidade administrativa ou ligações com as esquerdas, agravava todo o cenário não só contra João Goulart, mas, principalmente, na possibilidade de

implementação de mudanças no acesso político que trariam benefícios sociais. O debate em torno da Reforma Agrária e sobre a possibilidade de mudanças constitucionais que proporcionassem o acesso dos analfabetos ao voto ganhou *status* de propaganda política para a oposição. Independente das justificativas que apontavam a necessidade de correções a distorções sociais da dinâmica agrária e educacional, tudo se justificava como oportunismo do presidente. O deputado Abel Rafael do PSD ilustrou esse cenário:

Qual o fim de todas as reformas, sejam quais forem? Criar o Bem-estar social e fazer o Bem Público. Não se pode realizar isto sem planejamento. Dê-se o nome de desenvolvimento, de reforma, de progresso, o nome que se quiser, batize-se como se quiser, mas o fato é que sem planejamento não se consegue esse fim. E preciso haver planejamento. Dai a nossa estranheza diante desse Governo que a todo momento fala em reforma, em reformar, e que, no entanto, quando fala em reforma agrária, não tem um plano, um planejamento, não tem nada estruturado para realizar a reforma agrária. (RAFAEL, 1964, p. 912).

Os impasses entre o Legislativo e Executivo favoreciam o cenário de embaraço, pois a crise estava em curso, mas as ações para contornar sua continuidade eram repelidas pela falta de acordo entre os poderes. Essa realidade foi apontada por Santos (2012), quando indicou que o quadro brasileiro daquele contexto passava por uma “paralisia decisória” na conjuntura de gestão política do país.

O cenário de Guerra Fria agregava peso ao conflito político nacional. O moralismo representado nas falas de parlamentares conservadores ou daqueles que as reproduziam via o recurso moral como ponto importante na construção da oposição, já que era endossado pelo discurso de uma ala militar alinhada com o anticomunismo americano. Esse fator preservava o clima de confusão política e incertezas do quadro social que dificultava o diálogo entre os poderes.

3.2 INDEPENDÊNCIA OU MORTE

A incapacidade de propor medidas eficazes que pudessem resolver os conflitos sociais e políticos motivou uma investida do governo na organização de um conjunto de comícios, que visavam a mobilizar as bases populares que apoiavam Jango. Essa tentativa buscava implementar as reformas que não conseguiam passar pelo Congresso. O destino do presidente, agora, estava ligado ao seu “[...] êxito com a esquerda, de vez que ele já havia (em princípios de outubro de 1963) experimentado e depois afastado a ideia de um regime de exceção ‘não-político’, subscrito pelos militares” (SKIDMORE, 1996, p. 344).

A atitude do governo em tomar iniciativa indicava uma mudança de posicionamento de João Goulart. Em um primeiro momento, o Executivo, particularmente o presidente, promovia

o respeito às instituições e a preservação da boa convivência entre os poderes. A condução de suas ações em tentar modificar o caminho para a implementação de suas reformas alternava esse modelo de ação. A mobilização popular e a intenção de usar sua força para a criação de uma pressão sobre o Congresso, por meio do uso de Decretos, enviava uma mensagem contrária ao modo de ação que tinha até o momento. A ideia era passar por cima do Congresso através do uso de poderes executivos, que poderiam ser explorados por Jango: “Quando a oposição no Congresso protestasse, o presidente poderia recorrer a plebiscitos para demonstrar o apoio popular com que contava” (SKIDMORE, 1996, p. 347).

A materialização dessa iniciativa deu-se no comício realizado no dia 13 de março, um dia antes da abertura da sessão legislativa do Congresso. O comício realizado no Rio de Janeiro, na Central do Brasil, mobilizou as forças armadas, populares e agremiações trabalhistas que balançam faixas em prol das reformas de base. No palanque, havia ministros militares, lideranças trabalhistas, deputados, governadores e o presidente. Nesse cenário, é importante destacar a reunião entre as lideranças do PTB, o deputado Leonel Brizola e o presidente João Goulart.

Os discursos das duas lideranças foram enfáticos e direcionados ao Congresso com fortes críticas à condução da Casa na questão das reformas de base. O deputado Leonel Brizola acusava o Congresso de impedir as reformas e pedia ao presidente que as fizesse a qualquer custo. A posição de Goulart, em seu discurso, diferente de outros momentos, seguiu a tendência radical proferida por Leonel Brizola:

Todos, todos os brasileiros, todos têm o direito à liberdade de opinião, de manifestar também sem temor seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros. Está nisso, trabalhadores, está nisso, povo brasileiro, o sentido profundo desta grande e incalculável multidão que presta, neste instante, sua manifestação ao Presidente, que vem também lhe prestar conta de seus problemas, mas também de suas atitudes e de suas convicções nas lutas que vem enfrentando, luta contra forças poderosas, mas confiando sempre na unidade do povo e das classes trabalhadores, unidade que há de encurtar o caminho da nossa emancipação. É apenas de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuam insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional. São, certamente, trabalhadores, os piores surdos e os piores cegos, porque poderão com tanta surdez e com tanta cegueira, ser, amanhã, responsáveis, perante a História, pelo sangue brasileiro que possa ser derramado, ao pretenderem levantar obstáculos à caminhada do Brasil e à emancipação do povo brasileiro. (GOULART *apud* MARCELINO, 2010, p. 82).

Após seu discurso, informou que havia assinado o decreto SUPRA. Porém, o decreto não era a reforma agrária pela qual lutava, mas um passo para a efetivação das reformas. Reforma Agrária “[...] com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro,

não é reforma agrária. Reforma Agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário” (GOULART *apud* MARCELINO, 2010, p. 84). Para uma verdadeira reforma agrária era necessária uma reforma constitucional, que seria uma luta do seu governo. Ainda dentre seus anúncios, Goulart informou que havia assinado o decreto de encampação de todas as refinarias particulares e o envio de uma mensagem de consideração ao Congresso sobre duas reformas, a eleitoral e a universitária.

O passo dado no comício era em direção à esquerda. A conciliação de João Goulart com seu cunhado, Leonel Brizola, e a atitude de usar os poderes do executivo deixavam claro que o presidente havia escolhido um lado nas disputas pelas reformas. Se, antes, havia uma ponderação em busca de um consenso entre situação e oposição, esse não era mais o cenário.

O precedente aberto pela ação de Goulart viabilizava questões que eram preocupantes para a oposição e ao próprio Congresso na coordenação do jogo político. A reforma eleitoral visava à possibilidade do voto de analfabetos e a reforma constitucional viabilizaria uma reforma agrária de grande porte. A realização dessas reformas deveria passar pelo crivo do Congresso, que rejeitava os projetos do presidente. Todavia, o passo dado por João Goulart incapacitaria parte da mediação do Congresso no debate. Esse quadro modificava o cenário político, pois fortalecia as bases sociais em torno do presidente e de seu partido e, conseqüentemente, amplificava a polarização política em torno das reformas de base.

A realidade imposta pelo Executivo era arriscada para a governabilidade do presidente, pois criava uma pulverização das bases parlamentares do governo que isolava o Executivo junto das bases sociais. Em consonância com essas mudanças, a agitação em torno de João Goulart era cada vez maior:

Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos da direita. E, enquanto a UDN, parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o impeachment de Goulart, entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraternidade Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a fim de atizar a fúria anticomunista nas classes médias. (BANDEIRA, 2010, p. 316).

A reação dos opositores do governo veio no mesmo tom. As manifestações contrárias ao presidente, que tinham políticos, empresários e grupos da classe média e alta, além do apoio da Igreja na composição dos manifestantes faziam campanha para a saída de João Goulart. As manifestações articuladas por esses grupos ganharam musculatura e adesão, tendo o evento em

São Paulo, em 19 de março, reunido uma quantidade significativa de pessoas, como retratado pelo deputado Cunha Bueno do PSD:

O meio milhão de almas que saiu às ruas, espontaneamente, para acompanhar, disciplinadamente, aquela festa cívica não tinha em mente qualquer preocupação de ofender os poderes constituídos. Muito pelo contrário, Senhor Presidente. “A Marcha da família com Deus pela liberdade” constituiu, na realidade um movimento de paz, um apelo para que os homens mais responsáveis pelos destinos do país aproveitem este episódio, esta oportunidade que talvez seja a última antes que o país se desgrace com a deflagração de uma guerra civil. (BUENO, 1964, p. 1756).

Os grupos foram financiados⁸⁶ por corporações industriais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). A relação desses patrocinadores com as manifestações colocava o presidente em rota de colisão com esses conglomerados empresariais, de modo que agiu diretamente contra eles: “No mesmo dia 19 de março, chamou Hugo de Faria, diretor da Carteira de Redescconto do Banco do Brasil, e determinou que suspendesse as operações a fim de dar uma demonstração de força aos empresários” (BANDEIRA, 2010, p. 317). Após a realização do comício da Central do Brasil, o governo decidiu reagir contra a agenda política que visava desestabilizar o presidente.

O conflito que já vinha ocorrendo desde a realização do plebiscito do presidencialismo, mas que foi acirrado no final de 1963 e agravado com a participação de Jango no comício de 13 de março ganhou notoriedade no Congresso. As ações de João Goulart refletiram entre os parlamentares. O conjunto de manifestações contrárias ao governo gravitava em torno de acusações que indicavam uma tentativa do presidente de criar artifícios que possibilitassem sua reeleição e até um possível plano de ação golpista na tomada do poder. Em suma, ficava claro que João Goulart estava isolado. As tentativas de mudanças que proporcionassem a implementação das reformas de base pelas vias parlamentares não tinham força e, posteriormente, aos eventos da Central do Brasil, era algo que não poderia ser nem cogitado:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lançar meu veemente protesto em nome da parcela do povo brasileiro que tenho a honra de representar, contra o comício organizado pelo Partido Comunista Brasileira no Estado da Guanabara e que teve como orador oficial, S. Exa. o Sr. Presidente da República, mas, Sr. Presidente, a própria personalidade do Presidente da República estava ali ferida como a Nação brasileira, porque o Sr. Osvaldo Pacheco, fazendo questão de demonstrar que o Presidente era o seu teleguiado, a todo instante lhe ditava normas e até mesmo frases, o Sr. Presidente da República neste estado, em que se encontra, de falta de autoridade, seguia o pelego comunista. (MAGALHÃES, 1964, p. 1561).

⁸⁶ DREIFUSS, op. cit., p. 361.

A manifestação do Deputado Antônio Carlos Magalhães, da UDN, apresentava o clima de tensão que havia na casa. O Presidente, ao tomar a iniciativa de ser um dos oradores do evento, além de promulgar os decretos e palavras que haviam sido ditas naquele dia, desvinculava-se das amarras que visavam a manter a boa convivência entre os poderes. O clima de conflito foi descoberto e a tensão entre o executivo e legislativo foi escancarada. Se João Goulart era vinculado a comunistas ou não, essa dúvida na concepção da oposição já não existia mais. O deputado Laerte Vieira da UDN endossa a opinião da oposição:

Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados na última sexta-feira, dia 13, em data verdadeiramente aziaga, sob as apreensões de todo o País, promoveu-se um comício na Guanabara, onde Sr. Exa, desempenhando as suas altas funções de Primeiro Magistrado da Nação, se vinculava a uma pregação de caráter ideológico que, segundo o nosso entendimento, é pregação subversiva e contrária ao regime. (VIEIRA, 1964, p. 1563).

A presença do presidente no Comício na Central do Brasil deixou a impressão política, segundo ao nível de divergências no Congresso, que o país estava dividido. Essa percepção pode ser apontada também, mas em uma escala menor, nas ruas, visando às manifestações em torno das reformas de base e as contrárias ao governo, como apontou o deputado Ary Pitombo do PTB:

Meu prezado colega, acho muito engraçado quando a UDN vem para essa tribuna reclamar contra o Sr. Brizola. É que a UDN, naturalmente, se esquece com facilidade do tempo passado, quando o Sr. Carlos Lacerda, deputado ude-nista, reclamava um regime da exceção para o Brasil. (PITOMBO, 1964, p. 1563).

O conflito político se mostrava polarizado e o posicionamento de João Goulart, ao discursar na Central do Brasil, rompia com algum laço de consenso que ainda permanecia. A escolha de seguir o caminho alternativo às deliberações do Congresso demonstrava que o Executivo pretendia seguir sozinho no caminho para as reformas.

A opção criada para confrontar a crise política passava por ações unilaterais para implementação de pequenas reformas e a formação de uma mobilização popular para impulsionar o apoio e pressão junto ao Congresso. Essas escolhas poderiam gerar tensões incontroláveis em um cenário de crise, especialmente quando o presidente era apontado como comunista. Essas suspeitas podem ser vistas na fala do deputado Francelino Pereira da UDN:

Meu nobre Deputado, o que me preocupa na conduta do Presidente não é propriamente a revolução. Ele tem o direito de fazer a sua revolução e até a revolução para defender interesses individuais e os de seus companheiros correligionários. O que me preocupa na conduta deste Presidente é o golpe. Não adianta dizerem os elementos da direita, do centro ou da esquerda, que não há

possibilidade de golpe. Todos nós estamos sentindo qualquer coisa no ar. (FERREIRA, 1964, p. 1764).

As conspirações que eram feitas contra o Executivo ganharam relevância no cenário político. Se, antes, eram marginalizadas no debate público, agora eram vistas como suspeitas que poderiam modificar a política brasileira. A tentativa do presidente em agir contrário ao Congresso e em apoio às esquerdas era indicada como um ato de subversão, e o clima de divisão nas ruas fortalecia esse argumento: “A opção presidencial permitiu que os grupos de oposição ao governo – mesmo os mais moderados e legalistas -, quer civis, quer militares, comessem a suspeitas das verdadeiras intenções de Jango” (FERREIRA, 2014, p. 240).

O posicionamento de Goulart em seguir junto com as propostas das esquerdas na busca pela implementação das reformas explicitava o cenário de tensão que já era recorrente no Congresso. Como aponta Santos (2011): “[...] o Congresso era tanto o reflexo como a origem do que ocorria lá fora, e o sistema político apresentava o mesmo cenário de dinâmica centrífuga” (p. 232). O debate entre os parlamentares de apoio e oposição havia transcendido a esfera política e ganhou as ruas. Os manifestos que eram feitos contrários ao governo ganharam uma proporção que dificilmente se acalmariam em uma mudança de postura dos parlamentares ou do presidente. A situação em que se encontrava o país tinha ressonância com as constantes manifestações que eram feitas contra Goulart, desde que assumiu a presidência. Neste sentido, o Comício realizado na Central do Brasil apresentou-se como o estopim para a mudança de arena política.

3.3 INJUSTIÇA PROGRAMADA

A situação diante dos últimos acontecimentos mostrava-se difícil. O comício de 13 de março e o posicionamento de João Goulart na condução da pasta das reformas reforçavam o discurso de comunização do governo. E, para piorar, no final do mês, dois eventos⁸⁷ relacionados aos militares adicionaram pimenta no caldo político. A tolerância e desautorização do presidente na revolta realizada pelos marinheiros gerou o abandono do cargo do Ministro da Marinha, Silvio Mota, e foi considerado como uma quebra da hierarquia militar: “Para a oficialidade da Marinha e para os militares das Forças Armadas, tal indicação confirmava o ‘governo das esquerdas’ e, pior, a influência do sindicalismo do CGT sobre Goulart” (FERREIRA, 2014,

⁸⁷ Revolta dos Marinheiros (26/03/1964) e Discurso do presidente no ato promovido pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro (30/03/1964). Ver. SKIDMORE, op. cit., p. 361-363.

p. 323). Os atos do presidente nesse incidente provocavam a indignação de alas militares que não gostavam de como as coisas estavam sendo conduzidas pelo governo.

A quebra da hierarquia militar desencadeou protestos, pois esses setores ainda se mostravam legalistas e toleravam as ações do governo no cenário de crise política. A situação havia ficado insustentável: oficiais e comandantes militares não aceitaram a ação de Goulart:

No dia 29 de março, os almirantes publicaram um manifesto. O presidente do Clube Militar entregou outro à imprensa, lamentando o episódio em que “marinheiros e fuzileiros, insidiosamente doutrinados pelos chefes sindicalistas a servido de Moscou, deram mostras de indisciplina e de revolta”. Após apoiar os oficiais do Clube Naval, o presidente do Clube Militar concluía afirmando que “não medirá esforços nem sacrifícios, no sentido de concorrer para o restabelecimento da disciplina e do acatamento às autoridades e às instituições”. No dia 30, oficiais do Exército juntaram-se aos oficiais da Marinha na sede do Clube Naval. (FERREIRA, 2014, p. 326).

Ainda nesse quadro, o presidente, contrariando seus assessores políticos e militares, foi a um evento de sargentos na sede do Automóvel Clube, onde também haveria marinheiros que estavam envolvidos na revolta, como o cabo Anselmo⁸⁸ e o almirante Aragão⁸⁹. A ida de Jango ao evento gerou desconforto perante as alas militares que associavam o presidente aos comunistas.

Essa situação, como aponta Ferreira (2014), incomodava João Goulart, pois eram conhecidas as menções feitas a ele sobre o comunismo. No discurso no Automóvel Clube, segundo testemunhas, o presidente Goulart “[...] estava irreconhecível. Ele improvisou. Disse não ser comunista, e sim nacionalista. Afirmou que uma minoria de privilegiados e inimigos da democracia provocou a crise que o país vivia” (FERREIRA, 2014, p. 330). A situação do governo, nesse contexto, era complicada, pois tinha perdido apoio no Congresso e entre os militares, a saída dessa situação passava pela mobilização popular e a implementação das reformas de base. Porém, era uma situação delicada a permanência do Executivo em uma guerra de dois frentes, que não favoreceria o seu sucesso, mas antecipava o seu fracasso.

Nas manifestações realizadas pelos parlamentares, contidas nos Diários do Congresso do dia 31 de março de 1964, por coincidência ou ironia do destino, as acusações pediam a saída imediata de Jango, enquanto a mídia⁹⁰ fazia o mesmo nas matérias do dia. A situação do governo tinha tomado proporções perigosas, pois o isolamento do presidente e as constantes

⁸⁸ Líder da Revolta dos Marinheiros em 26/03/1964.

⁸⁹ Vice-Almirante Cândido da Costa Aragão. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/candido_aragao. Acesso em: 13 nov. 2020.

⁹⁰ Ver. Editorial Correio da Manhã de 31/03/1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=59095&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 14 nov. 2020.

associações com o comunismo dificultavam a possibilidade de arrefecimento da crise. A oposição, representada na fala do deputado Herbert Levy da UDN, pedia a saída do presidente:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já não resta mais dúvida, alguma de que chegamos a hora das definições neste País. Não há margem para atitudes dúbias, não há lugar para contemplanções de qualquer espécie. O Sr. Presidente da República já avançara o sinal no comício do dia 13 de março, demonstrando, de modo definitivo e inequívoco, a sua intenção de subverter as instituições para permanecer à frente do Governo. Evidencia o Chefe do Governo estar disposto até mesmo a chegar à comunização deste País, se tanto for necessário, para que aqueles propósitos que persegue com indiscutível tenacidade encontrem possibilidade de êxito. (LEVY, 1964, p. 1897).

O clima de revolta no Congresso e nas ruas deixava clara a situação em que se encontrava a política nacional. O presidente era apontado pela oposição como um ditador. As comparações a personalidades polêmicas eram feitas na tentativa de explicar o que as atitudes do governo representavam nas situações em torno dos eventos na Central do Brasil, na revolta dos marinheiros e no Automóvel Clube:

No dia 13, sexta-feira deste mês de março, o senhor Presidente da República em aberta violação da lei, realizou no Estado da Guanabara um comício cuja significação, Senhores Deputados, tanto na área política como na militar e sindical, só agora toma corpo e consequência. Na história do Brasil nunca houve presidentes que fizessem comícios. Estávamos inteiramente virgens dessa experiência de Presidente que [estabelecia] contatos com o povo nas ruas ou nas praças, só conhecíamos as manifestações organizadas do Estado Novo, assim como aqueles contemporâneas que precederam o Estado Novo, as de Piazza Veneza, e as do Sport Palace, em Berlim. Eram essas as únicas hipóteses de Presidente ou Chefe de estado fazendo comícios. (CARDOSO, 1964, p. 1904).

O mês de março chegava ao fim e, com ele, o governo. A estrutura de apoio que cercava João Goulart, desde a composição de frentes parlamentares até oficiais das forças armadas não conseguiu sustentar as bases políticas do presidente, que foi deposto do seu cargo no início do mês seguinte por um golpe desencadeado por militares no dia 31 do mês de março. O processo que culminou com a deposição do presidente é cheio de versões e controvérsias, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, no qual as nuances de apoios e oposição se entrelaçavam em enredos dinâmicos que possibilitaram a turbulência política em torno do governo, do início ao fim.

Assim, é possível apontar, por meio da análise dos discursos dos parlamentares no Congresso, que a saída de Jango do governo foi produzida e conduzida através de um caminho longo, não podendo ser lido apenas pelas mudanças ocorridas em 1963 e início de 1964. Esses anos foram importantes, talvez, para que esse processo fosse acelerado. Mas, se retomarmos a posse de João Goulart, em 1961, já seria possível compreender que a vida do executivo seria

difícil, tanto pelas circunstâncias de como ascendeu ao cargo, quanto pela disposição da oposição política e militar a sua promoção como presidente.

A perda de apoio parlamentar nas tentativas de aprovar as reformas de base enfraquecia as bases políticas do presidente e fortalecia a oposição, que ganhava apoio em seu discurso contrário ao governo, especialmente pelo crescente posicionamento de João Goulart junto às esquerdas. As frustrações em torno do Plano Trienal, pela dificuldade em encontrar recursos para o seu sucesso e a dificuldade de formação de capital político, mostravam-se pontos que reforçavam esse quadro. O rompimento das boas relações com os EUA, em uma tentativa de esboçar um caminho alternativo ao traçado pelo alinhamento continental teve consequências que foram sentidas pelo Executivo, como as negativas na concessão de empréstimos para a viabilização de reformas tentadas pelo Executivo. Além disso, a desconfiança do governo americano ante a liderança de Goulart e o seu apoio a movimentos anticomunistas contribuíam para a pressão contra o presidente.

Na sessão parlamentar do dia 31 de março, o Deputado Juarez Tavóra, que, outrora, foi um dos integrantes da Coluna Prestes⁹¹ e, inclusive, ocupou dois ministérios na Era Vargas⁹², mas que agora compusera parte da oposição fez um discurso que se apresentava, no mínimo intrigante, tendo em vista que, na noite daquele dia, o General Olympio Mourão Filho seguiu com as suas tropas em direção ao Rio de Janeiro para debelar o golpe contra o governo:

É preciso que todos fiquem cientes de que ou nos entendemos ou estabelecemos um denominador comum que represente, de fato, o ponto de vista médio, majoritário, dentro desta Casa, ou não teremos reformas, não teremos democracia. Porque se as coisas continuarem assim, Sr. Presidente, tenho a impressão de que as Forças Armadas não resistirão mais a essas pressões que tendem a destruí-las. (TAVÓRA, 1964, p.1938).

3.4 AS CONSEQUÊNCIAS DE 1961

A rebelião dos Marinheiros é apontada como a gota d'água para a promoção do golpe (FERREIRA, 2014; SKIDMORE, 1996; ARGELINA, 1993; GASPARI, 2014). Tal afirmação não contempla todo o cenário, pois reduziria todo o processo de desestabilização política programada pela oposição e conspiradores a eventos circunstanciais. A ausência de uma mobilização ativa e concentrada contra o governo, anterior a 1964, como apontou MOTTA (2001), não reduz a dinâmica dos setores militares e civis (empresariado) na condução de manobras para a

⁹¹ Movimento político-militar contrário ao sistema oligárquico regia o país naquele contexto. Ver. SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes: análises e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

⁹² Período político governado por Getúlio Vargas (1930-1945).

implosão do governo. O impasse parlamentar na condução de votações para a aprovação das Reformas é um exemplo. A tutela militar sobre Goulart não perdera força com a aprovação do plebiscito, pelo contrário, foi compartilhada.

A expressão encontrada no livro *Esaú e Jacó* - “Não é a ocasião que faz o ladrão, dizia ele a alguém; o provérbio está errado. A forma exata deve ser esta; ‘A ocasião faz o furto; o ladrão nasce feito’” (2010, p. 131) - do escritor brasileiro Machado de Assis, diz muito sobre o desfecho daqueles eventos. Não é possível afirmar que o golpe não ocorreria se Goulart não tivesse se envolvido na crise militar, mas pelo processo que vinha ocorrendo nas ruas e no parlamento é possível apontar que alguma ação seria tomada contra o presidente: “A responsabilidade principal pelo golpe foi dos que o deram e não dos que o sofreram” (CARVALHO, 2006, p. 126).

A investida dos militares para modificar os pilares do governo obteve êxito. O presidente, que havia ascendido pelo caminho constitucional e pelo voto, estava chegando ao fim do seu mandato pela força dos militares. Enquanto isso, os parlamentares que apoiavam a saída de João Goulart comemoravam e apontavam que manifestações populares eram feitas para cumprir a ação dos militares. Contudo, é possível apontar que o presidente mostrou dignidade e comprometimento social até o fim. Como apontou o escritor florentino Nicolau Maquiavel (2011), “[...] não podendo os príncipes deixar de ser odiados por uma das partes, devem, primeiramente, esforçar-se para não serem odiados pela maioria” (p. 86). E não foi o caso. O posicionamento de Goulart junto dos trabalhadores e menos favorecidos deixou claro a quem não queria desagradar.

O legado deixado com a saída traumática do presidente no contexto político e social do país, que rompia com os elos formais que estabeleciam e formalizavam o acesso ao poder político, criava um precedente autoritário que poderia deteriorar ainda mais o sistema político, e assim ocorreu. O deputado Anísio Rocha do PSD enfatiza essa questão:

Pelas reações positivas verificadas em todos os setores da opinião pública mais responsáveis do país, vimos, a semana passada, que não estamos sós. Aqueles que vivem em agitações e ameaças de aventuras e de ciladas, já devem ter visto que o campo para suas experiências não está favorável. A grande imprensa do país, a começar pelos grandes matutinos que iniciaram a resistência democrática, deu a tônica dos novos rumos para os acontecimentos que pareciam se desenvolver em direção estranha e oposta nos destinos do regime e da Constituição (ROCHA, 1964, p. 1990).

O sentido de Democracia e os princípios da Constituição eram modificados aos apelos romanceados por parte da oposição e anuência dos setores militares dirigentes, que distorciam os deveres das instituições na defesa da Carta Magna nacional. A composição civil-militar, que

tinham a instituição militar, políticos, grupos de empresários e uma parcela da classe média como agentes que haviam desenhado as ações de 31 de março, criou um cenário de terra arrasada convincente para a opinião pública. A condução dos eventos seguiu com apoio parlamentar significativo, além do apoio de editoriais da mídia que indicavam a vitória dos militares sobre um mal que tingia a bandeira.

O superdimensionamento que foi dado ao executivo, gerido por João Goulart, transformou o político em um tipo de ditador que estava subvertendo a ordem política e social. As sucessivas investidas da oposição e grupos extraparlamentares em apontar uma relação entre o Jango e o comunismo, em uma trama para a realização de uma revolução comunista, mesmo sem provas que comprovassem essas investidas, criou um personagem que deveria ser combatido, como visto nas palavras do deputado Herbert Levy da UDN:

O Sr. Presidente da República, por imposturas repetidas, pretendeu desviar a atenção do povo e ludibria-lo da sua incompetência básica de governar, de resolver os problemas. Pretendeu desviar a atenção do povo deste sofrimento insuportável que é a inflação, o maior atestado da incapacidade do seu governo, e pretendeu, acima de tudo, dar curso a sua ambição inteiramente dominadora de permanecer no poder a qualquer custo, ainda que de mãos dadas com o comunismo internacional expondo esta nação ao risco sem precedentes na sua história. (LEVY, 1964, p. 1959).

A situação do presidente mostrou-se irreversível. O comando dos militares que conduziam a investida golpista contra o seu governo tentou produzir certa organização e coordenação nas ações. Mesmo sem tanto sucesso nesses aspectos, alcançaram seus objetivos. E, para completar, a derrubada do presidente não foi o único objetivo do grupo. Parlamentares e políticos de diversas legendas, sobretudo apoiadores do governo, deveriam ser expurgados da política nacional. Essa ação foi formalizada pelo ato institucional nº1⁹³, decretado em 09 de abril daquele ano. O documento preservava as prerrogativas da Constituição de 1946, porém de forma meramente simbólica.

A Constituição foi usada como um verniz da legalidade nas inconstitucionalidades que eram realizadas. O país estava sendo tutelado pelos militares revoltosos, sob a chefia e coordenação do general Humberto Alencar Castelo Branco, que era Chefe do Estado Maior do Exército, nomeado pelo próprio presidente João Goulart. O general tinha ligações com o serviço de inteligência dos americanos, que, como apontado por Bandeira (2010), havia contribuído para a ação dos revoltosos, por meio da Operação Brother Sam.

⁹³ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CONCLUSÃO

Amado ou temido, a saída de João Goulart foi desenhada desde a renúncia de Jânio Quadros. A tentativa de impedir sua posse, a mudança do regime político e a costura conspiratória que foi feita em torno de seu governo indicavam a intolerância da oposição partidária e das alas radicais a sua figura. Os argumentos que exploram alternativas que poderiam ter evitado o desfecho do seu governo, como a tese de Argelina Figueiredo (1993), podem ser uma aposta difícil de defender visando que o declínio e isolamento tanto de João Goulart quanto do PTB se apresentavam pela indisposição da política que defendiam. A esquerda, na conjuntura de Guerra Fria, então vigente, deveria ser combatida, em cenário que foi confirmado com a constituição de regimes militares na América Latina.

A deposição do presidente e a ascensão do regime militar nos direcionam a questionamentos difíceis de responder, mas que ilustram, um pouco, o cenário que o presidente teria a sua frente caso o caminho tivesse sido outro. As ditaduras sul-americanas foram movimentos com direcionamentos dos EUA, direta ou indiretamente. Os fracassos dos governos de Allende, Careada e Perón eram um sinal que governos de esquerda, nacionalistas ou que emulassem alguma concessão popular contrária a uma ordem mundial específica, como o movimento anti-comunista encabeçado pelo EUA, não seriam prósperos em suas intenções.

Com isso, a permanência de Goulart no poder, independente das circunstâncias internas que tenham contribuído para sua saída, estava ameaçada diante da conjuntura polarizada reproduzida pela Guerra Fria e a posição do Brasil nesse quadro. A deposição de João Goulart e a queda de parlamentares nos desdobramentos do movimento militar podem ser apontadas, diante do retrospecto que foi apresentado, como uma antecipação a uma realidade que, talvez, já estivesse posta desde 1961, mas ainda não tinha sido amadurecida o bastante, ou melhor, não apresentava argumentos suficientes para que fosse consumada.

A crise política no início dos anos 1960 foi um sinal de mudanças no campo político. O intervencionismo dos militares em mais de um pleito e o apoio que essas intervenções recebiam potencializaram o discurso autoritário, especialmente se fosse realizado contra um possível “esquerdismo” social. O discurso progressista de João Goulart e seus partidários do PTB, além do legado deixado por Getúlio Vargas, se mostraram à frente do seu tempo, ainda mais quando o retrocesso pairou sobre as instituições militares e nas formulações conspiratórias da oposição. O protagonismo do povo na condução de medidas que pudessem modificar sua condição social provará ser prejudicial ao sistema que era preservado pelos militares e parte de parlamentares. Um protagonismo que invertesse a balança do peso social, mesmo que se garantisse como

alternativa aos problemas econômicos seria visto como um desdobramento do “comunismo” internacional no Brasil, principalmente pelo filtro norte-americano.

A pirâmide que promovia a hierarquia na sociedade brasileira naquele contexto tinha como topo o governo dos EUA, que tutelava a maneira como o país deveria se comportar politicamente. Essa estratégia se afastava-se de qualquer ideia subversiva próxima ao seu território e fortalecia o argumento que independente das medidas tomadas por Goulart, ou outra liderança civil na crise da década de 1960, teria vingado um cenário de escalada autoritária.

A ditadura que durou 21 anos no Brasil deixou um legado de violência e tristeza na história brasileira, tanto pela crueldade perpetrada pelos militares na caçada de pessoas tidas como subversivas, quanto pelo drama de famílias que não sabem o paradeiro de seus entes queridos após prisões ilegais promovidas pelo regime. Essa dura realidade imposta pelo golpe de 1964 chegou ao seu fim, mas os dilemas sociais surgidos após o drama político brasileiro provocaram questionamentos que colaboraram para a realização da constituição cidadã de 1988.

Contudo, vinte anos após a sua implementação, o cenário de crise política, autoritarismo e violência tem ganhado força. As eleições presidenciais de 2018 e a vitória de um candidato que se colocou contrário a todas as conquistas sociais encontradas na carta de 1988, e, pior, que defende a ação dos militares de 1964, a extinção de programas sociais e o conflito entre nós, homens de família e de religião cristã, contra eles, esquerdistas e ateístas que defendem a degeneração da família tradicional, demonstra que as raízes do ódio ainda estão bem vivas em nossa sociedade, e essa eleição foi prova disso.

As lutas sociais, a conquista de direito dos trabalhadores e de minorias, que eram cada vez mais marginalizadas, têm sido ameaçadas pela ascensão de figuras políticas autoritárias. O regaste de figuras de criminosos da ditadura, como o Coronel Ustra, ganham espaço cada vez mais no país. O Brasil de 2021, diferente do Brasil de 1964, tem consciência do que os atos podem ou não fazer, especialmente no uso da violência como recurso para manutenção do poder. Porém, pelos últimos acontecimentos e notícias vistas diariamente nos noticiários, o país insiste em distorcer sua própria história e retomar a escalada de violência como discurso de ordem, quando manifestações nas ruas pedem o retorno da ditadura, a extinção do Superior Tribunal Federal (STF) e a morte de políticos que pensam diferente de suas crenças políticas.

Esse cenário de alienação, que parte da sociedade tem apresentado, e a ascendência do autoritarismo como discurso fundamental na manutenção política torna essa pesquisa relevante, mesmo que esteja tratando de outro momento da história brasileira. As experiências autoritárias vistas no histórico político brasileiro e os meios no qual elas usaram para deturpar o poder

podem servir como reflexão ao nosso cenário atual, principalmente em um momento onde a memória é um recurso cada vez mais escasso.

O presente trabalho visou a apresentar parte do cenário que contribuiu para a ascensão de um modelo autoritarista no país, representado pelo regime militar, e como a sua implementação teve apoio civil, principalmente de parlamentares no Congresso. O contexto do Golpe de 1964 e as ações políticas de João Goulart na manutenção da crise do seu governo mostraram que a preservação do *status quo* era necessária, mesmo que em detrimento de um projeto democrático.

REFERÊNCIAS

DISCURSOS CONSULTADOS:

ALEIXO, Pedro. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 17 de jan. 1963, p. 48. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17JAN1963.pdf#page=>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

ALLEGRETTI, Derville. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 19 de fev. 1964, p. 817. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19FEV1964.pdf#page=>. Acesso em 17/11/2020.

ANTONIO, Marco. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 20 de mar. 1963, p. 703. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1963.pdf#page=>> Acesso 09 fev. 2020.

BADRA, Aniz. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 19 de jan. 1963, p. 121. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19JAN1963.pdf#page=>> Acesso em 8 fev. 2020.

BAHURY, Mighel. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 20 de mar. 1963, p. 700. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1963.pdf#page=>> Acesso 09 fev. 2020.

BALEEIRO, Aliomar. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 08 de out. 1963, p. 7545. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

BATISTA, Demisthoclides. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 08 de out. 1963, p. 7545. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

BUENO, Cunha. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 24 de mar. 1964, p. 1756. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 11 fev, 2021.

CÂMARA, Arruda. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 18 de jan. 1963, p. 81. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18JAN1963.pdf#page=>> Acesso em: 09 fev. 2020.

CARDOSO, Aducto. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 18 de jan. 1963, p. 80. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18JAN1963.pdf#page=>> Acesso em: 09 fev. 2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 31 de mar. 1964, p. 1897. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 18/11/2020.

CARDOSO, Dirceu. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 22 de nov. 1963, p. 9097. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

CARMO, Elias. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 08 de out. 1963, p. 7544. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

CARVALHO, Ultimo de. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 08 de out. 1963, p. 7544. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

COSTA, Olavo. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 11 de dez. 1963, p. 9748. Disponível em: [<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11DEZ1963.pdf#page=>](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11DEZ1963.pdf#page=) Acesso em 11 fev. 2021.

CUNHA, Simão da. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 03 de ago. 1963, p. 5095. Disponível em: [<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03AGO1963.pdf#page=>](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03AGO1963.pdf#page=). Acesso em: 31 ago. 2020.

GOIS, Raul de. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 07 de nov. 1963, p. 8608. Disponível em: [<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07NOV1963.pdf#page=>](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07NOV1963.pdf#page=) Acesso em 09/09/2020.

GUIMARÃES, Ulysses. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 14 de set. 1963, p. 6628. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14SET1963.pdf#page=> Acesso em 02/09/2020.

JUREMA, Abelardo. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 08 de out. 1963, p. 7526. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

LEVY, Herbert. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 02 de abr. 1964, p. 1959. Disponível em: [<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02ABR1964.pdf#page=>](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02ABR1964.pdf#page=). Acesso em 20/11/2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 31 de mar. 1964, p. 1897. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 18/11/2020.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 17 de mar. 1964, p. 1561. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 17/11/2020.

MAGALHÃES, Sérgio. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 20 de mar. 1963, p. 702. Disponível em: [<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1963.pdf#page=>](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1963.pdf#page=) Acesso 09 fev. 2020.

MENEZES, Euripedes Cardoso. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 10 de out. 1963, p. 7623. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/06/2020.

MOREIRA, Neiva. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 20 de mar. 1963, p. 702. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1963.pdf#page=>> Acesso em 09 fev. 2020.

OLIVEIRA, Adolpho de. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 03 de ago. 1963, p. 5095. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03AGO1963.pdf#page=>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 10 de out. 1963, p. 7628. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

PEREIRA, Francelino. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 24 de mar. 1964, p. 1764. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 11 fev, 2021.

PITOMBO, Ary. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 17 de mar. 1964, p. 1563. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 17/11/2020.

RAFAEL, Abel. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 21 de fev. 1964, p. 912. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21FEV1964.pdf#page=>. Acesso em 11 fev. 2021.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 21 de jan. 1964, p. 217. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21JAN1964.pdf#page=>. Acesso em 10/11/2020.

RAMOS, Guerreiro. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 01 de fev. 1964, p. 528. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01FEV1964.pdf#page=>. Acesso em 13/11/2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 24 de jan. 1964, p. 315. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24JAN1964.pdf#page=>. Acesso em 10/11/2020.

ROCHA, Anísio. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 03 de abr. 1964, p. 1990. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03ABR1964.pdf#page=>>. Acesso em 20/11/2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 22 de nov. 1963, p. 9096. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22NOV1963.pdf#page=> Acesso em 11/09/2020.

SOARES, Flores. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 13 de jul. 1963, p. 4399. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13JUL1963.pdf#page=>> Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 14 de set. 1963, p. 6623. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14SET1963.pdf#page=> Acesso em 02/09/2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 24 de jan. 1964, p. 314. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24JAN1964.pdf#page=>. Acesso em 10/11/2020.

TAVÓRA, Juarez. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 01 de abr. 1964, p. 1938. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR1964.pdf#page=>>. Acesso em 19/11/2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 24 de jan. 1964, p. 315. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24JAN1964.pdf#page=>. Acesso em 10/11/2020.

VAZ, Benedito. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 07 de fev. 1964, p. 703. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07FEV1964.pdf#page=>>. Acesso em 15/11/2020.

_____. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 22 de nov. 1963, p. 9098. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1963.pdf#page=> Acesso em 06/09/2020.

VERGAL, Campos. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 19 de jan. 1963, p. 121. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19JAN1963.pdf#page=>> Acesso em 8 fev. 2020.

VIDIGAL, Pedro. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 19 de jan. 1963, p. 121. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19JAN1963.pdf#page=>> Acesso em 8 fev. 2020.

VIEIRA, Laerte. **Diários do Congresso**. Capital Federal, 17 de mar. 1964, p. 1563. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17MAR1964.pdf#page=>. Acesso em 17/11/2020.

BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A CIA e a técnica do golpe de Estado. In: VALLE, Maria Ribeiro do (Org.). **1964-2014: Golpe Militar: História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 11-26. (Tema em sociologia 7). Disponível em: <<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n7.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil - 1961-1964**. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **1964: um golpe de classe?** (Sobre um livro de René Dreifuss). Lua Nova: Revista de Cultura e Política, [s.l.], n. 58, p.255-261, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452003000100012>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política.** 3º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **PTB e o Trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRAGA, Kenny et al (comp.). **Parlamentares Gaúchos João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919-1976).** Rio Grande do Sul: Assembléia Legislativa do Estado do Rs, 2004.

BRANDALISE, Carla; HARRIS, Marluza Marques (org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a Experiência Democrática (1945-1964).** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

CARONE, Edgard. **A República Liberal: II evolução política (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHALOUB, Jorge. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946.** 2015. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Cap. 4.

DAHL, Robert A. **Poliarquia.** São Paulo: Edusp, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: O PTB de 1945-65.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB do Getulismo ao Reformismo.** São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRARI, Márcio. **O brasilianista por excelência: Norte-americano Thomas Skidmore foi autor de estudo considerado clássico sobre o Brasil republicano.** Pesquisa Fapesp, São Paulo, v. 245, n. 100, p.85-85, 2016. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2016/07/14/o-brasilianista-por-excelencia/>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civi-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.3).

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação.** Locus, Revista de História. Juiz de Fora, v. 24, n°. 2, p. 251-275, 2018.

_____. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). **João Goulart: Entre a Memória e a História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. Jan/abr. 2017.

_____. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. **Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, nº47, p. 29-60, 2004.

_____. **O Grande Irmão da operação brother Sam aos anos de chumbo: O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.** In Jorge Ferreira (org). O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

_____. **Ditadura, Anistia e Reconciliação.** In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan-jun 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 1 v.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

_____. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito.** In Jorge Ferreira (Org.). O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da Espionagem.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

IANNI, Octavio. **O colapso do Populismo No Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

JANES, Andréia Rezende Peres. **O PTB: ENTRE O ESTADO E AS MASSAS (1960-1964)**. 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Cap. 2. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6325/1/O%20PTB%20ENTRE%20O%20ESTADO%20E%20AS%20MASSAS.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-Feira, 13: os últimos dias do Governo João Goulart**. 3.ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: O processo Eleitoral Brasileiro 1945-1964**. Rio de Janeiro: Iuperj; Revan, 1991.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História, [s.l.], v. 28, n. 55, p.245-263, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882008000100012>.

_____. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, 2008.

MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. **Democracia sem democratas: Uma análise da crise política no Governo João Goulart (1961-1964)**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Cap. 1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Cap. 8.

NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: Apontamentos para uma revisão historiográfica**. Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX, Montevideo, v. 2, n. 2, p.209-217, 25 out. 2011. Disponível em: <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/vw/1JMb7TKgwNQ_MDA_fd2ae_/O%20golpe%20de%201964%20e%20o%20regime%20militar%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

NETO, Geneton Moraes. **Dossiê Brasil: As histórias por trás da História recente do país**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O Cálculo do Conflito: Estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

_____. **Quem dará o Golpe no Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Aline de Vasconcelos. **O PROJETO NACIONALISTA DE JOÃO GOULART: análise dos discursos de 1961 a 1964.** 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Cap. 3. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12761>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **As Crises e as Reformas: 1962-1964.** Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes.** São Paulo: Círculo do Livro, 1997.

STEPAN, Alfred C. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo.** Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, p.27-48. 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil (1945-1964).** São Paulo: Globo, 2003.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.